



Anais da Assembléia

Nº 147

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 07 DE NOVEMBRO DE 1991

ANO XVII

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 121ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 1991

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Paulo Maia.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Tadeu Lúcio Machado, Geraldo Cartário, João Preis, José Afonso Júnior, José Alves, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni e Toti Colação (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cleiton Kielse, Durval Amaral, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti e Severino Félix (06). Em licença o Senhor Deputado Eurides Moura.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o nº DTL/SAT/362/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 253/91, por julgá-lo contrário ao interesse público.

A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº 229/91, do Sr. Helio Arabori - Juiz Eleitoral Designado da 63ª Zona, encaminhando cópias da Ata dos Trabalhos das Juntas Apuradoras de votos da consulta plebiscitária, para a criação do Município de "Nova Santa Bárbara".

Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº 308/91, do Senhor Desembargador Negi Calixto - Relator no Tribunal de Justiça, encaminhando cópia do Acórdão nº 1357 - O.E., proferido nos autos do Mandado de Segurança nº 13.687-2, de Curitiba, em que figuram como impetrante o Município de Terra Boa e impetrada a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº 1458/91/GS, do Senhor Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, em RESPOSTA a PEDIDO DE INFORMAÇÃO requerida pelo Deputado Florisvaldo Fier, referentes ao Hospital Victor do Amaral.

Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

OFÍCIO Nº 011/91

Senhor Presidente.

Para os devidos fins, passo às mãos de Vossa Excelência o anexo atestado médico, expedido pelo Doutor Luciano Dias de Oliveira Reis (CRM-5665), sob cujos cuidados profissionais se encontra o Deputado José Artur Ritti, membro da Bancada do PST - Partido Social Trabalhista, que tenho a honra de liderar nesta Assembléia.

Aproveito o ensejo, para renovar-lhe nossos protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 07.11.91

(a) GERALDO CARTÁRIO

"DR. LUCIANO DIAS DE OLIVEIRA REIS
Cirurgia Geral - Coloproctologia
C.R.M. 5665

Membro Titular do Colégio Brasileiro de Cirurgões

Membro Titular da Sociedade Brasileira de Coloproctologia

ATESTADO

Atesto que o Sr. Deputado José Artur Ritti está sob meus cuidados desde 4/11/91 com úlcera duodenal e amigdalite aguda.
06/11/91

(a) Luciano Dias de Oliveira Reis"

OFÍCIO Nº 033/91

Senhor Presidente.

Impossibilitado de comparecer à Sessão Plenária desta Casa de Leis, no dia 07.11.1991, em virtude de estar participando na qualidade de Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Casa, da 2ª Conferência Estadual do Meio Ambiente em Ibiporã, venho na forma regimental, solicitar a Vossa Excelência que se digne determinar que seja abonada minha falta à sessão plenária mencionada.

Sala das Sessões, em 07.11.91

(a) CLEITON KIELSE

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2973

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão para o Projeto de Resolução nº 019/91, constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 07.11.91

(a) HEINZ HERWIG

REQUERIMENTO Nº 2982

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário preferência de votação para o Projeto de Resolução nº 060/91, autoriza a realização de plebiscito, para que a população decida sobre a criação do município de Saudade do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 07.11.91

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO Nº 2992

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas, REQUEREM, com base no disposto no Artigo 101, § 4º do Regimento Interno, preferência para votação do Projeto de Lei nº 373/91, que cria o Fundo Estadual de Moradia Popular e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 07.11.91

(aa) OYDIO CONSTANTINO

JOSE AFONSO JUNIOR

REQUERIMENTO Nº 2956

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Joaquim da Silva Sobrinho, ocorrido neste dia 5 de novembro, em Marmeleiro, requerendo-se, mais, que do ato seja notificada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 07.11.91

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Joaquim da Silva Sobrinho tem um lugar de destaque forjado em mais de 73 anos no Município de Marmeleiro. Nascido em Videira-SC, mudou-se ainda cedo para Marmeleiro acompanhando seus pais, Senhor Caetano de Lima e Silva e Dona Joana da Silva, fixando residência, desde logo, na localidade hoje chamada Bairro Ipiranga, onde organizou a conhecida Chácara Silva.

Joaquim da Silva Sobrinho dedicou sua fecunda existência ao progresso da sua nova Caridade, participando ativamente, desde jovem, das atividades sociais e religiosas. Ali constituiu família que lhe deu 8 filhos.

Ao longo de sua vida de agricultor, foi presidente da Pastoral da Comunidade, ajudou a prover recursos para a igreja local e trabalhou em centenas de festas para arrecadar fundos para a paróquia. Conhecido, conquistou sólidas amizades pela inesgotável disposição de trabalhar e de ajudar aos que a ele recorriam. Seu falecimento abriu uma profunda lacuna na sociedade marmeleirense que o homenageou, homenagem da qual nos associamos através do voto unânime dos ilustres pares deste Parlamento.

REQUERIMENTO Nº 2995

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, amparado no Art. 104 e §§, do Regimento Interno, formula a seguinte QUESTÃO DE ORDEM:

I - Estabelece o Regimento Interno, Art. 124, § 4º, que "Não será considerado objeto de deliberação o projeto manifestadamente inconstitucional ou anti-regimental".

Ora, o Projeto de Resolução nº 19/90, que autoriza a realização do plebiscito sobre a criação do Município de Carambei, posto em votação na sessão de hoje e, inclusive, já arquivado em sessão legislativa anterior, equivale em restabelecer o procedimento legislativo do Projeto de Resolução nº 055/91, rejeitado na sessão de 03.10.91, que também tratava da mesma matéria, ou seja, a autorização para a realização de plebiscito sobre a criação do Município de Carambei.

Por outro lado, o Art. 127, do Regimento Interno, prescreve que, na mesma sessão legislativa, a renovação da matéria rejeitada dar-se-á através de novo projeto, subscrito pela maioria absoluta dos Deputados, e não através da ressurreição de projeto recentemente recusado pela maioria desta Casa e o Art. 250 do mesmo Regimento Interno, prescreve que, serão arquivados as proposições apresentadas em legislaturas anteriores, em qualquer fase da tramitação.

Eis o seu texto:

"Art. 127 - As matérias de projetos de lei rejeitados ou não sancionados assim como a constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Membros da Assembleia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador".

O "Art. 250 - Serão arquivados, em qualquer fase de sua tramitação, as proposições apresentadas em Legislaturas anteriores".

Razão porque, restaurar o procedimento legislativo do projeto de resolução nº 019/90, fere frontalmente os preceitos regimentais acima transcritos e o direito do Deputado-Signatário e de outros Deputados, de deliberarem da mesma matéria caso a mesma venha consubstanciada em nova proposta, já que o projeto de resolução nº 019/90 trata da mesma matéria rejeitada no projeto de resolução nº 055/91, inclusive o projeto de resolução nº 019/90 foi automaticamente arquivado na sessão legislativa anterior, a teor do art. 250, do Regimento Interno.

Ademais, o Art. 70 da Constituição Estadual prescreve "A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente pode constituir objeto de novo projeto, na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Deputados".

Ressalte-se, ainda, que o projeto de resolução nº 019/90, veio para deliberação em plenário direto para a 2ª discussão, em desconformidade com o Art. 145 do Regimento Interno.

II - Diante do exposto, REQUER, a Vossa Excelência que retire o Projeto de Resolução nº 019/90 de votação em data de hoje, pois o mesmo equivale à reabilitação do Projeto de Resolução nº 055/91 e que foi rejeitado na sessão de 03.10.91, inclusive, arquivado na sessão legislativa anterior, e o devolva a seu ilustre autor, para fins do Art. 124, § 3º, do Regimento Interno, ou seja: "§ 3º - sempre que um projeto não estiver devidamente redigido, a Mesa restitui-lo-á ao autor para organizá-lo de acordo com as determinações regimentais".

Requer ainda, que a presente QUESTÃO DE ORDEM seja resolvida nesta sessão, já que o Regimento Interno não lhe faculta expressamente prazo diverso, a teor do Art. 104, § 1º: "Todas as questões de ordem, claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembleia", e do Art. 20, nº XXVII, que obriga o Presidente a "resolver todas as questões de ordem que ocorrerem durante as sessões", ambos do Regimento Interno.

Requer, por último, que da eventual decisão contrária a esta QUESTÃO DE ORDEM seja expedida certidão ou cópia de inteiro teor do trecho correspondente, ou cópia das notas taquigráficas, devidamente autenticadas, e com urgência, a fim de instruir medida judicial pertinente.

Sala das Sessões, em 07.11.91

(a) DOMINGOS CARVALHO

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 069/91

O Art. 1º - da Resolução nº 27/90 de 15 de maio de 1990, que autoriza a realização do plebiscito para a criação de Município de Honório Serpa, desmembrado de Mangueirinha, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito e eleição na área que especifica, no Município de Mangueirinha, para que a população decida sobre a instalação do Município de Honório Serpa, criado ad-referendum pela Lei nº 9184 de 11 de janeiro de 1990, e alterada pela Lei nº 9441 de 16 de novembro de 1990, desmembrado de Mangueirinha com sede na localidade do mesmo nome (Honório Serpa) e com as seguintes divisas:

Partindo da Foz do Rio Gigante no Rio Chopim, divisa com o Município de Coronel Vivida, segue Rio Gigante, dividindo com o Município de Coronel Vivida, até sua cabeceira; daí, segue pelo divisor de águas, dividindo com o Município de Coronel Vivida, até a divisa com terras de Estil Móveis e Decorações S/A, daí, segue dividindo com o Município de Mangueirinha, por linhas secas, com terras de Estil Móveis e Decorações S/A, até o Arroio Pinheirito; daí segue pelo Arroio Pinheirito, dividindo com terras de estil Móveis e Decorações S/A. e com os lotes 43, 41, 39 e 38 da Gleba 2 da fazenda Imaribo, até sua Foz no Rio Covo; daí, segue pelo Rio Covo acima, dividindo com o lote 19 da Gleba 2 da Fazenda Imaribo; e com as Glebas 5, 17 e 16 da Fazenda Machado, até a foz do Arroio da Foice; daí, segue pelo Arroio da Foice, dividindo com as Glebas 16, 15 e 7 da fazenda Machado, até sua cabeceira; daí segue dividindo por linha seca com as Glebas 7 e 18 da Fazenda Machado, até o Arroio do Rodeio; daí segue pelo Arroio do Rodeio, dividindo com as Glebas 18 e 21 da Fazenda Machado, até sua foz na Lageado Marrequinha; daí, segue pelo Lageado Marrequinha abaixo, dividindo com as Glebas 21, 22 e 9 da Fazenda Machado, até a foz de um arroio sem denominação, divisa com o Quinhão 6-B da Fazenda São Martinho; daí, segue por este arroio, dividindo com o Quinhão 6-B

da Fazenda São Martinho e com a Fazenda Charqueada, até sua cabeceira; daí, segue por linha seca, dividindo com a Fazenda Charqueada, até a cabeceira de um arroio sem denominação; daí, segue por este arroio dividindo com a Fazenda Charqueada até sua foz no Lageado do Cervo; daí, segue pelo Lageado do Cervo, dividindo com a Fazenda Charqueada até sua foz no Rio Marrecas; daí, segue pelo Rio Marrecas acima, dividindo com as Fazendas Cachoeira e São Pedro, até a Foz do Lageado Invernada, divisa com a Fazenda São Paulo; daí, segue pelo Lageado Invernada, dividindo com a Fazenda São Paulo, até sua cabeceira; daí segue por linha seca, dividindo com a Fazenda São Paulo, até a cabeceira do córrego São Paulo; daí, segue pelo Córrego São Paulo, dividindo com a Fazenda São Paulo, até sua foz no Rio Chopim; daí segue pelo Rio Chopim abaixo, dividindo com os Municípios de Clevelândia e Pato Branco até o ponto de partida.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.11.91

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A RESOLUÇÃO Nº 27/90 de 15 de maio de 1990, está completamente em desacordo com a Lei nº 9441 de 16 de novembro de 1990, razão pela qual as lideranças de Mangueirinha elaboraram de comum acordo com todos os segmentos da sociedade de Mangueirinha, inclusive com os interessados na criação do Município de Honório Serpa, o documento (xerox anexo), com as divisas, que deu origem a mencionada Lei 9441 de 16.11.90.

A alteração das divisas que estamos propondo com este Projeto de Resolução é no sentido de adequá-las às da Lei 9441, bem como as normas do IBGE que deram respaldo para a elaboração da citada Lei.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 070/91

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica instituído o Prêmio Estado do Paraná de Jornalismo a ser concedido pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 2º - O Prêmio Estado do Paraná de Jornalismo reger-se-á pelo regulamento constante do anexo I desta Resolução.

Art. 3º - Fica a Comissão Executiva da Assembleia Legislativa autorizada a, mediante decreto, editar normas que se fizerem necessárias à fiel execução da presente Resolução.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.11.91

(a) ALGACI TULIO.

JUSTIFICATIVA:

— "Não foi o mundo que piorou.

As coberturas jornalísticas é que melhoraram muito."

(C.K. Chesterton)

Para justificar este projeto é necessário destacar a importância do papel da imprensa no contexto mundial. Tem a imprensa exercido um papel de cobrança para garantia de preceitos fundamentais à vida humana, como a liberdade, a igualdade e a solidariedade.

Tem-se feito testemunha de fatos históricos até mesmo acelerando-os, na medida em que essas mudanças tornem-se necessárias à garantia dos direitos dos homens e à sobrevivência das instituições.

Nas recentes conquistas democráticas em todo o mundo, a imprensa esteve presente e exerceu seu papel com responsabilidade e correção.

No Brasil, o trabalho dos veículos de comunicação é um braço forte levantado na defesa de nossas mais sagradas conquistas democráticas.

Nossa imprensa é madura: pesquisa, informa, denuncia e provoca alterações. A imprensa constrói fatos que interferem na nossa história.

A necessidade de valorizar-se e dar reconhecimento público do trabalho dos profissionais da imprensa paranaense é que nos moveu na apresentação deste Projeto de Resolução.

Através do Prêmio Estado do Paraná de Jornalismo será possível premiar quem faz a notícia neste Estado, através de reportagens, fotografias, informações econômicas, científicas ou tecnológicas, esportivas, políticas, culturais, charges e informações sobre ecologia e meio ambiente.

Por fim, vale lembrar que os parlamentos existem e se exercitam plenamente na democracia e não há esta última onde não existe imprensa forte e respeitada.

PRÊMIO ESTADO DO PARANÁ DE JORNALISMO

REGULAMENTO

01 - O Prêmio Estado do Paraná de Jornalismo será regido pelo presente Regulamento, parte integrante da Resolução que o instituiu, cabendo à Comissão de Julgamento, por maioria absoluta, a decisão sobre os casos omissos.

02 - Inscrição

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa determinará, anualmente, o período de inscrições ao prêmio.

A inscrição será feita mediante a remessa de 6 (seis) recortes ou reproduções do trabalho com o nome do veículo que publicou, data e local da publicação e a indicação Prêmio Estado do Paraná de Jornalismo.

Somente serão considerados os trabalhos inscritos em língua portuguesa, publicados em jornal ou revista paranaenses, com sede no Estado e que se refiram a fatos, pessoas ou acontecimentos ocorridos em território estadual ou, se no exterior, a assunto paranaense ou de repercussão sobre a vida estadual, à luz do entendimento da Comissão de Julgamento.

Cada jornalista poderá concorrer com o máximo de 5 (cinco) trabalhos, sem necessidade de especificar a categoria.

Em caso de matéria assinada com pseudônimo ou publicada sem assinatura, sua autoria deverá ser atestada em declaração por escrito, assinada pela Direção do veículo (Chefe de Reportagem, Secretário de Redação, Editor-Chefe, Diretor de Redação).

Para os trabalhos fotográficos, a inscrição será feita mediante a remessa de 6 (seis) recortes ou reportagens da matéria ilustrada pela foto ou conjunto de fotos, bem como 6 (seis) cópias de mesma, em preto e branco, papel brilhante, tamanho 18x24cm.

Os concorrentes enviarão seus trabalhos diretamente à Comissão de Julgamento, podendo qualquer dúvida ser esclarecida em local a ser definido por edital.

Os recortes, reproduções, cópias ou quaisquer outros elementos relativos aos trabalhos concorrentes enviados para inscrição não serão devolvidos, o mesmo ocorrendo com o material fotográfico, que premiado, poderá automaticamente ser objeto de exposição das fotos vencedoras do Prêmio Estado do Paraná de Jornalismo ou ser apresentado em livros, folhetos e catálogos, de caráter cultural, sem fins lucrativos, independentemente de qualquer pagamento ou outra licença.

O ato de inscrição, diretamente ou através da Direção dos jornais e revistas, implica a adesão e a total solidariedade ao presente Regulamento.

03 - Categorias

Os trabalhos inscritos serão classificados nas seguintes categorias:

a) Reportagem - trabalhos de reportagem em geral, ilustrados ou não, de autoria de um ou mais jornalistas, não enquadrados nas categorias B, C, D, E, F, G, H e I.

b) Fotografia - trabalhos fotográficos (foto ou conjunto de fotos) que contenham

elementos de informação jornalística. Não serão considerados ensaios fotográficos ou trabalhos de importância meramente artística ou técnica.

As fotografias vencedoras poderão ser, independentemente de qualquer pagamento ou outra licença, incorporadas à exposição das fotos vencedoras do Prêmio Estado do Paraná de Jornalismo, organizada com a finalidade de exaltar o trabalho do repórter fotográfico, podendo ainda, nas mesmas condições, ser apresentadas em livros, folhetos e catálogos, de caráter cultural, sem fins lucrativos.

c) Informação Econômica - reportagens, coberturas, artigos ou ensaios, ilustrados ou não, de autoria de um ou mais jornalistas, sobre assuntos econômicos.

d) Informação Científica ou Tecnológica - artigos, reportagens ou coberturas, ilustrados ou não, de autoria de um ou mais jornalistas, sobre qualquer assunto de natureza tecnológica ou científica.

e) Informação Esportiva - matérias ilustradas ou não, de autoria de um ou mais jornalistas, sobre qualquer assunto do setor esportivo, seja amador ou profissional, e que se refiram ou não a fatos de atualidade imediata.

f) Informação Política - artigos, reportagens e coberturas, ilustrados ou não, de autoria de um ou mais jornalistas, sobre qualquer assunto de natureza político-partidária ou sócio-analítica.

g) Informação Cultural - artigo, reportagens e coberturas, ilustrados ou não, de autoria de um ou mais jornalistas, sobre qualquer assunto de caráter cultural.

h) Charge - trabalhos (único ou conjunto seriado de até cinco imagens) que contemplem o cotidiano ou o conceitual crítico/analítico, do ponto de vista jornalístico, de autoria de apenas um profissional.

i) Ecologia e Meio Ambiente - artigos, reportagens e coberturas, ilustrados ou não, que abordem, sob qualquer ângulo, a problemática do interrelacionamento homem/sociedade/natureza.

Prêmio Estado do Paraná de Jornalismo - será o melhor trabalho escolhido entre os vencedores das categorias definidas acima.

A vacância estabelecida pela escolha do Prêmio Estado do Paraná de Jornalismo será preenchida pelo trabalho subsequente de maior mérito na categoria.

05 - Julgamento

Os prêmios mencionados neste Regulamento, com exceção do Prêmio Estado do Paraná de Jornalismo poderão deixar de ser atribuídos, desde que a Comissão de Julgamento assim o entenda.

Nenhuma outra distinção será conferi-

da, além das previstas neste Regulamento, admitindo-se, entretanto, em caráter de excepcionalidade, a concessão do diploma de "Melhor Contribuição à Imprensa", a juízo da Comissão.

O julgamento dos trabalhos será realizado em duas etapas:

Na primeira, a Comissão escolherá os trabalhos em melhores condições de concorrer aos prêmios.

Em seguida, apontará os trabalhos selecionados para cada categoria, escolhendo, dentre esses, o Prêmio Estado do Paraná de Jornalismo.

A Comissão de Julgamento será formada por ato da Comissão Executiva da Assembleia Legislativa e integrada por cinco membros, escolhidos entre profissionais em efetivo exercício em veículos brasileiros e/ou profissionais ligados à área de Comunicação, sendo sua decisão isenta de qualquer ingerência dos patrocinadores e absolutamente soberana, não cabendo, portanto, qualquer recurso, seja a que pretexto for.

06 - Valor dos Prêmios

Todos os prêmios regidos pelo presente Regulamento serão pessoais e intransferíveis. Os valores serão fixados pelo Edital da Comissão Executiva da Assembleia Legislativa, para cada ano.

O vencedor do Prêmio Estado do Paraná de Jornalismo receberá diploma e a quantia equivalente ao dobro do valor atribuído aos vencedores de cada categoria, que também receberão diplomas.

Na hipótese de trabalhos vencedores com mais de um autor, permanecerá o mesmo critério da premiação individual, ou seja, um prêmio único.

07 - Diplomas

Os diplomas serão emitidos em nome do vencedor indicado no ato da inscrição, valendo o mesmo critério para os trabalhos de grupos, cujos diplomas serão emitidos em nome do líder, quando indicado, ou simplesmente em nome da equipe.

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa, com base na Ata da Comissão de Julgamento, poderá expedir atestados de participação individual de concorrentes em equipes vencedoras, desde que solicitado e devidamente comprovados pelo ato da inscrição.

Não serão consideradas informações posteriores às constantes no ato de inscrição, mesmo que corroboradas pela Direção dos jornais e revistas."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente com a palavra o Senhor Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Ontem estive ausente da sessão em função de estar acompanhando o movimento dos servidores municipais de Curitiba, ao qual quadro pertença.

Nós, servidores públicos municipais de Curitiba, estivemos ontem durante todo o dia paralisados, lutando pelos nossos direitos de trabalhadores.

A administração do Prefeito Jaime Lerner, que tem se pautado nos últimos tempos de uma maneira autoritária ao não receber nenhum dos servidores da representação sindical para negociar... Nós queremos traçar um paralelo entre a administração do Senhor Roberto Requião e a administração do Senhor Jaime Lerner no que diz respeito ao comportamento em relação aos servidores públicos.

Nós, desta tribuna, temos denunciado que o Governador não tem respeitado data-base dos servidores estaduais. O Prefeito Jaime Lerner também não tem data-base e não coloca data-base de negociação com os servidores municipais.

Nós temos dito que o Governador Roberto Requião não recebe as entidades sindicais para negociar. A Administração Pública de Curitiba, até a presente data, também tem se pautado da mesma maneira. E nós, durante todo o tempo da administração do atual Prefeito, temos dito que queremos negociar um plano de cargos e salários que não foram negociados e foi imposto de cima para baixo sobre os servidores.

Tal plano gerou um descontentamento em 100% daqueles servidores. Pois eu posso provar que existe servidor que foi reenquadrado e teve considerado como ganho salarial 0,4 cruzeiros, ou seja, quatro centavos de cruzeiros como ganho salarial.

Diz o Prefeito Jaime Lerner que fez 29 reajustes consecutivos nos salários daqueles servidores. Significa que se a inflação for de 15%, o reajuste dado é de 8, 10 ou 12%; se a inflação for de 10%, o reajuste dado é de cerca de 7, 8%. O que faz com que todos esses reajustes em nenhum momento romperam a política salarial do Governo Federal, ficando nos mesmos patamares da imposição do Governo Collor. Ou seja, uma perda salarial, desde a posse de Collor até a presente data, de cerca de 150% de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Não adianta fazer pequenos reajustes inúmeras vezes. O que queremos são reposições dessas perdas salariais. O que queremos é negociar plano de cargos e salários.

O que queremos é debater o Estatuto do Servidor Público e não tê-lo imposto como têm feito as Administrações Públicas.

O Governo do Município anunciou um reajuste de 25% nos salários. Esse tal

reajuste junto com o abono anunciado pela imprensa faz com que cerca de 60% dos servidores não recebam mais que dois salários mínimos.

O salário mínimo da Prefeitura Municipal de Curitiba, o vencimento básico não é de 80 mil cruzeiros como está sendo dito pela imprensa. O vencimento básico da Prefeitura de Curitiba gira em torno de 52 a 56 mil cruzeiros por mês. Um médico da Prefeitura de Curitiba percebe, por mês, 200 mil cruzeiros. Este é o salário chamado profissional liberal. Se o salário de médico, de engenheiro é em torno de 200 mil, ou um pouco mais, calculem, Senhores Deputados, qual é o salário de quem trabalha na limpeza pública, no serviço de manutenção das creches, no serviço de obras públicas.

Portanto, a paralisação de ontem foi uma manifestação de descontentamento destes servidores. E eu como servidor, e nós como servidores, esperamos que ontem tenha-se sensibilizado o Senhor Prefeito, para que daqui para a frente possa existir diálogo entre as entidades sindicais e o Senhor Prefeito, porque até o momento, não há este diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente e Senhores Deputados, no dia 14 de março de 1990, o ainda nem empossado Presidente Fernando Collor de Mello, na madrugada desse dia, com o apoio do ex-Presidente José Sarney, cometeu um ato que consternou, deixou perplexa toda a sociedade brasileira.

Através de uma medida provisória de caráter jurídico extremamente duvidoso e contestado, o Presidente da República, praticamente saqueou todos os ativos financeiros existentes no País. E, mais grave: não apenas as aplicações financeiras, mas congelou até mesmo os valores existentes em conta corrente. Com apenas uma diferença: houve, na ocasião, um alongamento no prazo para restituição destes ativos, então em conta corrente e aplicados no mercado financeiro. Tanto que até hoje muitos brasileiros ainda estão recebendo estes valores, que foram saqueados na noite de 14 de março de 1990.

Parece-nos que o Presidente Fernando Collor de Mello está fazendo escola. Está fazendo escola, lamentavelmente onde nós menos esperávamos, que é exatamente no Governo do Estado do Paraná. Um Governo cuja vitória assegurada nas urnas do 2º turno decorreu, em grande parte, da campanha feita de oposição ao Governo Collor.

Eu digo isso, Senhor Presidente e Se-

nhores Deputados, porque há poucos dias atrás os funcionários do Instituto de Previdência do Estado receberam seus contra-cheques de pagamento. Eu tenho, inclusive, aqui um modelo. Neste contra-cheque consta que o referido funcionário, que foram praticamente todos, numa situação idêntica, receberam o valor correspondente ao seu salário, o qual foi creditado diretamente em conta corrente, junto às agências do Banco do Estado do Paraná.

Para surpresa destes funcionários, alguns dias após lança-se um débito em conta corrente, com o desconto do salário dos funcionários do IPE. Este débito veio lançado através de um código que estava desativado no Banco do Estado do Paraná, e que possivelmente é um código que se refere a débitos relativos a empréstimos constituídos perante o Banco do Estado do Paraná, que não era o presente caso.

Ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados! Ficou evidente que o Governo do Estado do Paraná utilizando-se do Banco do povo do Paraná entrou nas contas correntes dos funcionários daquela instituição, sem prévia autorização, ou sem prévia comunicação e fez um débito indevido.

E esses funcionários ao procurarem a direção do Banco do Estado do Paraná para explicações foram informados de que na verdade este débito se referia a descontos dos dias parados durante a greve destes servidores e portanto era perfeitamente legal, inclusive previsto no termo de adesão do contrato de abertura de conta.

Em primeiro lugar eu gostaria de dizer aqui que eu tive a oportunidade de obter uma cópia desse contrato, e eu desafio os Senhores Deputados a lerem as cláusulas que constam nesse contrato e autorizam este tipo de débito em conta corrente. São cláusulas microscópicas, que talvez a grande maioria daqui sequer tenha condições de ler sem auxílio de óculos ou de lupa, e que, inclusive cláusulas como estas são nulas pelo Código de Defesa do Consumidor. Inclusive esta cláusula nos parece que pode ser objeto até de uma anulação judicial porque contraria até o espírito do próprio Código de Defesa do Consumidor.

Mas, eu gostaria de deixar registrado aqui o seguinte: independente dos aspectos legais, independente das circunstâncias que cercaram este débito em conta corrente dos funcionários, o que nós sabemos é que, cheques foram devolvidos, valores de IOF estão sendo cobrados destes funcionários, sem que sequer o Governo do Estado do Paraná, que não tem respeitado a data-base, não pode devolver os cheques destes funcionários, os Senhores sabem o que significa ser comunicado que um cheque se voltou por falta de fundos, nós te-

mos notícias de que funcionários que estiveram prestando serviços todos os dias, sequer entraram em greve, foram debitados na conta corrente, com código que não existe, um código falso, fraudulento!

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Governo do Estado do Paraná precisa começar a dar o exemplo, pelo menos de respeito à Lei, pelo menos de respeito à dignidade às pessoas de seus servidores.

Era isso, Senhor Presidente, eu agradeço a paciência de Vossa Excelência.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Senhor Presidente.

Nós gostaríamos de registrar, nesta Casa e solicitaríamos da Mesa o registro ao Presidente da Câmara Federal, Ibsen Pinheiro, pela atitude tomada ontem, resgatando a credibilidade dos homens públicos, pelo ato dos Deputados Federais votando a cassação do Deputado Jabes Rabello.

Eu acho que é por aí que nós temos que demonstrar aos Estados que representamos, como homens públicos, e os Deputados Federais, Senadores, ao Brasil.

É um ato que marcou a História do nosso País, na vida pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado - tenho certeza que com o apoio de toda a Assembleia - esta atitude do Congresso Nacional.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Recentemente nós vimos e já nos pronunciamos desta tribuna e há pouco o nobre Líder do PT, Deputado Ernani Pudell também cita o fato de que quando é para punir o trabalhador, as leis são rigorosas e ágeis. Quando é para que se garanta o direito desses trabalhadores, essas leis são frágeis, faz como a história do bandido, inimigo do rei.

Ao ser detectado, levado à prisão, pediram para que o soltassem porque faltavam provas, sendo que o contrário teve que ser preso para averiguação da verdade e nós vemos aí, solta pelos jornais do Paraná esta publicidade desenfreada, referente a este abono salarial que a nosso ver, é um abono vergonhoso, mas obviamente, para quem está passando fome como hoje a maioria dos funcionários públicos do Paraná, ele vai amenizar a crise.

Infelizmente o Governo toma uma decisão, dizendo que este pagamento será efetuado em um mês, sem a garantia de negociação de uma política salarial, que tem alegado a parlamentares que têm acesso ao

Governador, de que até o final deste ano, ele acerta as contas, acerta os furos deixados pelo Governador Alvaro Dias e provavelmente em 92, deve-se definir uma política relativa aos salários dos trabalhadores e voltada aos interesses, ao desenvolvimento do Estado do Paraná que muito bem ontem aqui comparou o Deputado Rafael Greca, entre o ônibus "ligeirinho" e o Paraná parado, uma competição que seria muito interessante para que nós, de fato assistíssemos.

Nós estamos nos baseando nisso e preocupados com os desdobramentos, nós estamos sabendo que para reajustar os salários dos servidores, para garantir os seus direitos, não há dinheiro, e o Governo propala isso pelos quatro cantos do Estado.

Mas temos conhecimento também e isso não é novidade para ninguém, de que as diárias às diferentes Secretarias, estão correndo à solta, a nível de Paraná, inclusive com informações de que enquanto se dá um abono de 42 mil num mês para um trabalhador do serviço público, se pagam diárias e mais diárias em torno de 48 mil cruzeiros desenfreadamente, a servidores de diferentes Secretarias do Estado do Paraná.

Baseando-se nisso e para que a verdade possa ser traduzida ao conhecimento não só desta Casa, mas também ao conhecimento do povo do Paraná, nós estamos apresentando a esta Casa e, com certeza, que tem compromissos com a transparência das coisas públicas, estará votando conosco um requerimento que estamos encaminhando à Mesa e apresentando a esta Casa que passaremos a ler, para conhecimento do Plenário (Lê):

"Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração do Paraná, para que forneça as seguintes informações:

- o valor das diárias pagas aos servidores, conforme cargo e função.

- a relação nominal de cada um dos servidores que perceberam diárias das Administrações direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná, com os devidos valores pagos a cada um, bem como o motivo da concessão no mês de outubro, que é justamente o mês em que o Governo do Paraná anuncia este abono vergonhoso de 42 mil cruzeiros para os trabalhadores do serviço público.

Em seguida, qual o montante total gasto com o pagamento dessas diárias e por último, a avaliação de quanto este montante gasto com diárias, representa percentual

tualmente no total da folha de pagamento."

Quero o horário do Bloco Independente, nobre Presidente.

Então concluindo, nós estamos solicitando também a avaliação de quanto este montante gasto com diárias representa percentualmente no total da folha de pagamento.

Nós estamos aqui cumprindo nada mais, nada menos do que com a função de legislador e fiscalizador da coisa pública, e também atendendo ao preceito constitucional do cidadão requerer aos órgãos públicos informações sobre questões relativas ao mesmo. E nós temos convicção de que a situação não deve estar tão feia como se propaga pelo Paraná afora, nós temos certeza que a situação em que o Governador Requião recebeu o Estado do Governador Alvaro Dias de fato não deve ter sido fácil devido àquilo que nós afirmávamos no começo, ele tem afirmado a determinados Parlamentares que até o final deste ano deve deixar o caixa do Estado em dia relativo às enormes contas deixado pelo Governador no passado; e nós estamos vendo frequentemente o BANEESTADO jogando dinheiro em publicidade também na promoção do Governo do Paraná.

Temos visto também, como foi aqui denunciado por outros nobres Parlamentares, o pagamento também a cidadãos paranaenses que se serviram de um momento, de uma campanha eleitoral para angariar votos para que o Governo do Paraná chegasse, a exemplo do caso "Ferreirinha" a exemplo do "Baiano da Foice", que hoje é funcionário do Governo do Estado do Paraná, ganhando um salário que mereceria ele se de fato estivesse aqui fazendo como muitos, passando por um concurso público e atendendo de fato aos interesses do Estado do Paraná, não entramos aqui no mérito da sua idade, mas estramos no mérito da vergonha que representa ato dessa natureza em termos do Paraná, que tem os seus servidores do dia-a-dia ganhando uma miséria de salário e nós vemos o Estado do Paraná desviar recursos para beneficiar a quem o beneficiou em termos de campanha eleitoral.

Então, eu acredito que o que nós estamos aqui neste momento fazendo nada mais é do que apresentando a realidade dos fatos, que através dos dados que o Estado nos responder, nós teremos certeza de que poderemos mostrar ao Paraná a realidade que o Paraná vive em termos gerais, em termos de situação caótica, em termos de situação difícil e poderemos comprovar com este documento que estamos requerendo ao Governo do Paraná a verdadeira situação pela qual nós estamos passando.

O Sr. Ernani Pudell - Apenas eu fiquei a me indagar a partir da colocação de

Vossa Excelência, será que o Governo utilizou o Banco do Estado do Paraná também para fazer o débito na conta corrente do "Baiano da Foice", que não aparece para trabalhar, ou será que foi só os funcionários do IPE? Era isso.

— Obrigado.

O SR. PAULO MAIA - Vossa Excelência registra muito bem que o fato até dos funcionários da saúde estarem passando pelo que estão mereceria uma resposta a esta questão, e quem sabe o exemplo que o Congresso Nacional deu nesta madrugada também sirva de exemplo ao Paraná e sirva de exemplo a esta Assembleia, que comecemos a coibir este tipo de má versação da coisa pública, do dinheiro público, nós gostaríamos que de fato essas coisas fossem feitas; mas que aqueles que patrocinam com o dinheiro do povo, patrocinassem com o seu dinheiro, com o dinheiro que sai do seu bolso e não com o dinheiro recolhido da sociedade paranaense no seu dia-a-dia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero trazer a esta tribuna uma grave denúncia que este Parlamento deve tomar conhecimento e ter muita preocupação com o que ocorre nesse nosso Estado.

No Município de Pinhão, desde o ano de 1989, através de um decreto desapropriatório do Presidente da República, estão assentadas trinta e uma famílias numa área de 1.212 hectares que foram desapropriados naquele Município. Esta área fazia parte, antes da desapropriação, de propriedades de uma famosa madeireira da Região chamada Zatter. Ocorre que nesta tribuna, há alguns dias, denunciemos que estes agricultores assentados estavam sofrendo perseguições.

Tive a oportunidade de conversar com o chefe de gabinete do Secretário de Segurança, colocá-lo ao par do fato, solicitar investigação do fato, de denúncias que policiais da Polícia Militar haviam feito uma batida no assentamento, perseguindo os lavradores, batido e, inclusive, feito um lavrador desfilar nu diante do carro de polícia por dois quilômetros e a viatura correndo atrás.

Este fato já é passado. Ocorre que no último dia 29 de outubro, por volta das 15 horas, cerca de trinta pistoleiros fortemente armados com espingardas, carabinas e revólveres, chefiados por Juventino Lîber, atacaram de surpresa a Escola Rural Municipal Nossa Senhora de Lourdes, localizada na ocupação de Faxinal dos Silvérios, Mu-

nicípio de Pinhão.

Cerca de trinta e oito crianças realizavam provas escolares no momento do atentado. Foram disparadas rajadas de metralhadoras na escola, criando um grande pânico entre os professores e as crianças, tendo sido atingida uma menor de nome Ivanice Fátima Barbosa, com dez anos de idade, que estava na sua carteira escolar, realizando suas provas. As crianças, ficaram muito assustadas naquele momento de pânico, com o tiroteio realizado contra a escola, que ficou furada de balas. Os pistoleiros além de realizarem este atentado na escola, tendo baleado esta criança e ferido mais duas, com ferimentos graves, esta criança foi levada ao hospital por volta das dezoito horas da tarde quando depois de fazer dez quilômetros a cavalo, a tomar uma condução, ter perdido já muito sangue, foi internada no Hospital de Pinhão.

Estes pistoleiros, após fazerem este estardalhaço na escola, ao perceberem um lavrador que percorria os arredores e que assustado saiu correndo, lhe deram várias rajadas de tiros. Ao serem abordados por Dona Doralina Ribeiro, de 56 anos, mãe de Arlindo Ribeiro de oito anos, que estava na escola, ao voltar da roça abordou o senhor Juventino Liber, que é fazendeiro vizinho da área ocupada, passando a interpellá-lo corajosamente, pedindo explicações sobre aqueles atos bárbaros contra as crianças inocentes e exigindo a retirada imediata dos mesmos do local.

Os pistoleiros reconhecidos no ato por alguns lavradores, chamados por apelidos de "Padilha", "Bigode", "Serjão", "Irondi", "Romário", além de outro chamado "Fininho", estão acusados de outros atentados contra os lavradores que estão assentados naquela área.

Estes mesmos pistoleiros, jagunços, da madeireira Zatter, alguns minutos antes abordaram o lavrador Júlio Zeferino de 55 anos, pai de seis filhos, um momento antes de chegar até a escola, lhes colocaram armas, carabinas, três armas no seu corpo, ameaçando-o de morte e dizendo que se não desocuparem a área e não persuadissem os seus companheiros mais de 30 lavradores a desocuparem esta área que está desapropriada pelo Governo e eles estão lá aguardando o assentamento seria morto além de os outros lavradores, se ele não fizesse isso.

Após isso, chegaram na casa do lavrador onde se encontrava sua esposa, bateram na mesma que tinha seu filho de 14 meses no colo, derrubando-a no chão, batendo, surrando a tapas outra criança de 5 anos desse lavrador, quebrando os seus utensílios de casa e estes pistoleiros após realizarem todo este tipo de valentia, de

banditismo, contra lavradores que estão na sua lavoura produzindo feijão, produzindo alimentos e querendo trabalhar saíram ile-sos deste massacre e estas crianças até hoje não tiveram coragem de voltar a escola e esta escola se encontra paralisada.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nos estranha o Secretário de Segurança vir depor na Comissão da Violência do Congresso Nacional que aqui esteve há alguns dias e dizer que no Paraná existe tranquilidade. Secretário de Estado dizendo de que não tem conhecimento de armamento dos pistoleiros, de milícias armadas, quando os jornais denunciam isso escancaradamente há vários meses em nosso Estado.

Nessa região se sabe que os proprietários da Madeireira Zatter têm tido fortes ligações com autoridades locais, inclusive denúncias de que comandam a Polícia, Delegado e outras autoridades de municípios da região e realizam através de seus pistoleiros atos bárbaros como este contra professores, crianças, alunos que estão nas suas escolas estudando como este caso lá de Pinhão.

Nós queremos exigir das autoridades competentes o desarmamento destes pistoleiros e a prisão dos mesmos e que essa empresa seja incriminada, seja punida por esses atos a seu mando realizados na região do Município de Pinhão.

Se fala na violência, se fala no Estatuto da Criança, se fala em defender o menor, a criança e se permite realizar atos bárbaros como este, tendo sido, permitido se criar complexos nessas crianças que estão intimidadas sem condições psicológicas de voltarem à escola que estudavam e que já está no final do seu ano escolar.

Nós estamos apresentando um requerimento nesta Casa, solicitando que o Secretário de Segurança designe um delegado especial para apurar este fato e que realize intervenção no município de Pinhão para que se esclareçam esses fatos e para que se punam os culpados e se possa fazer retornar a tranquilidade àquela comunidade que está lá e que segundo as informações obtidas este grande proprietário, dono da região, quer intimidar e isto já não é a primeira vez que o faz, intimidar os lavradores para que desocupem, se intimidem, se retirem da área que está já desapropriada pelo Governo Federal e assim esta empresa possa novamente se apropriar dessa área.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós solicitamos que este plenário nos apoie neste requerimento para que o Secretário de Segurança possa urgentemente tomar providências e resolver prendendo estes bandidos, prendendo estes pistoleiros jagunços e também os mandantes de atos bárbaros como este no interior do nosso

Estado.

Nós queremos além disso dizer que as autoridades locais estão preocupadas, que além da nossa denúncia aqui, do nosso requerimento a Comissão pastoral da terra através de seus representantes como do Bispo Diocesano de Guarapuava D. Albano Cavalin, do Prefeito da Cidade, das lideranças locais inclusive com a participação do Diretor do escritório local do ITCF de Guarapuava, da região, realizaram uma reunião naquele Município levantando a preocupação e a insegurança daquela comunidade que vem sofrendo ameaças cada vez mais desta forma com intimidações sem que se tome providências legais e providências reais para tranquilizar aquela comunidade.

Nós queremos pedir o apoio deste Plenário para que nós enviemos esse requerimento ao Secretário de Estado e que se coibam, se acabe por vez com essas ameaças e perseguições àquelas 31 famílias de lavradores que estão lá em condições psicológicas de permanecerem trabalhando na terra e querem produzir alimentos para seus filhos e para o povo do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Albino Corazza.

SR. ALBINO CORAZZA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Estamos ocupando esta tribuna para fazer um breve relato dos trabalhos desenvolvidos em Brasília representando esta Assembleia Legislativa juntamente com o Deputado Algaci Túlio e José Durval Amaral na marcha dos Prefeitos à Brasília.

Participamos em Brasília de duas importantes reuniões, assembleia onde aproximadamente dois mil Prefeitos do Brasil, ao todo quase cento e cinquenta Prefeitos do Paraná discutiram e votaram duas cartas dirigidas, uma ao Presidente da República e outra aos Senhores Deputados e Senadores do Congresso Nacional.

Deu para sentir nas reuniões que se realizaram em Brasília com a presença maciça dos Prefeitos de quase todo Brasil, a vontade e a luta que existe nos municipalistas brasileiros para que os municípios ao invés de serem assaltados nos seus recursos através do emendão, lutarão agora não para manter a autonomia e os recursos conquistados durante tantos anos de luta na Assembleia Nacional Constituinte, lutarão, inclusive, para conseguir mais recursos e maior autonomia.

Acredito que todos os Prefeitos que lá estiveram, estão retornando de Brasília certos de que no Congresso Nacional através do pronunciamento das lideranças de todos os Partidos que se manifestaram publicamente esse emendão que pretende re-

tirar recursos dos municípios não terá êxito na sua votação.

Tivemos oportunidade de ouvir senadores de quase todos os Partidos, líderes dos partidos na Câmara, municipalistas de tantos anos que se manifestaram inclusive propondo que se aumente os recursos dos municípios, se dê até mais funções para que os problemas sejam resolvidos de uma maneira mais rápida, prática e mais econômica fazer aqui a leitura desses documentos aprovados e assinados por todas as entidades municipalistas presentes em Brasília. Estamos, inclusive, pedindo juntamente com o Deputado Algaci Túlio a inserção nos Anais desta Casa desses documentos. (Lê):

"Brasília, 05 de novembro de 1991.

Senhores Congressistas,

As Entidades Municipalistas Nacionais e Estaduais, representando, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e todos aqueles que lutam pelo fortalecimento do Município, reunidos em Brasília, no dia 05 de novembro de 1991, após profunda análise da situação de extrema gravidade por que passa o Estado Brasileiro, decidiram:

I - São inaceitáveis quaisquer alterações constitucionais que venham reduzir as receitas municipais.

II - O Artigo 1º - "Art. 159 ... III, do Emendão.

A proposta contida no inciso III, a ser incluído no artigo 159, da Constituição Federal, disciplinando a Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios, "mediante celebração de convênios", no produto da arrecadação, do novo imposto, criado pelo inciso III, do Artigo 154 - sobre a distribuição de combustíveis líquidos e gasosos, cuja receita será exclusivamente aplicada na construção, conservação e melhoria de rodovias" - é verdadeiro retrocesso.

Trata-se de prática de consequências danosas para os Estados e Municípios, ou seja, a da transferência de recursos do orçamento federal através de convênios. Essa prática ensejará mais um tipo de transferência negociada que, como é sabido, tem-se constituído, tanto no plano federal, como no estadual, na mais abusiva e poderosa forma de manipulação política dos governos estaduais e municipais pela União e dos governos municipais pelos Estados.

Sendo imposto partilhado, deve se conformar ao modelo instituído claramente definido no texto constitucional.

Os convênios são inaceitáveis.

III - O artigo 2º - inciso IV do Emendão.

A proposta de Emenda Constitucional

encaminhada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que pretende reduzir o percentual do ICMS, pertencente aos Municípios, com a finalidade de pagar dívidas dos Estados e Distrito Federal, inclusive da Previdência Social e do FGTS, é inaceitável. Os Municípios não são responsáveis por endividamentos que não participaram, nem se beneficiaram.

Por outro lado é flagrante a inconstitucionalidade da proposta, por ofensa ao Artigo 60, Parágrafo 4º, I, da Constituição da República. A partilha de recursos outorgada pelo constituinte originário, que assegura a autonomia financeira dos entes Federados, não pode ser alterada pelo constituinte derivado.

IV - O Artigo 6º do Emendão.

Este dispositivo visa excluir a participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios do acréscimo da Arrecadação Tributária da União (IPI e IR). Se por absurdo, for aprovado, os Municípios Brasileiros, sofrerão perdas irrecuperáveis.

Os Municípios e os Estados, principalmente aqueles que dependem, quase que exclusivamente, dos Fundos de Participação (FPE/FPM), não podem sofrer tal penalidade. Os acréscimos de receita tributária da União são decorrentes de atividades estimuladas pelos Estados e Municípios, até mesmo com benefícios fiscais.

A participação dos Estados e Municípios, no produto da arrecadação dos Impostos Federais que compõem os FPE e FPM é fator de motivação à retomada de desenvolvimento.

As razões de inconstitucionalidade já apontadas, em relação ao ICMS, se aplicam à proposta de congelamento do FPE/FPM.

V - As Soluções

a) Integração da Fiscalização Tributária.

Não é preciso alterar a Constituição, diminuindo as receitas dos Municípios, para resolver os problemas financeiros da União, dos Estados e do Distrito Federal. A queda da arrecadação, principalmente da União, decorrente de sonegação fiscal pode ser revertida com o auxílio dos Municípios, pela integração da fiscalização tributária, tornando-a mais eficiente e menos onerosa. A Legislação existente possibilita este procedimento.

b) Imposto Territorial Rural.

O ITR não está sendo arrecadado de forma justa, não cumprindo com sua finalidade social. Os valores atribuídos, pela União à base de cálculo do imposto, são irrisórios, não refletindo a realidade. A União não tem condições de aferir o exato valor das propriedades fundiárias, por falta de corretas informações cadastrais.

Os Municípios, que já arrecadam imposto patrimonial (inter-vivos) incidente sobre propriedades urbana e rural, estão em condições de melhor atribuir valor às mesmas.

Aos Municípios, portanto, deve ser assegurado, na forma da lei, o direito de informar à União, a base de cálculo do tributo.

Conclusão

Os Municípios querem que seja preservado o perfil descentralizador, nitidamente municipalista, traçado pela Assembleia Nacional Constituinte.

Os Municípios querem participar do processo de modernização do Estado Brasileiro e no combate efetivo às causas da inflação.

Os Municípios como parceiros da União e dos Estados no processo de produção e geração de riquezas, são igualmente responsáveis pela condução do Processo Político Nacional.

OS MUNICÍPIOS PODEM FAZER MAIS.

OS MUNICÍPIOS PODEM FAZER MELHOR.

Conselho Brasileiro de Integração Municipal."

Este documento que foi entregue aos membros do Congresso Nacional, voltamos com a certeza de que será todo esse "Emendão" rejeitado, pois a luta municipalista não só pretende preservar o que conseguiu por direito da Constituição, mas pretende sim até aumentar os recursos para que o povo brasileiro possa ser melhor atendido.

Ao retornar de Brasília na tarde de ontem, os Prefeitos ainda não tinham conseguido uma audiência com o Presidente da República para fazer a entrega deste documento. Acreditamos nós que, sentindo os apelos dos Prefeitos, de muitos Deputados e Senadores, deverá o atual Presidente da República requerer a devolução do "Emendão" nesses itens que pretendem diminuir as receitas municipais.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Albino Corazza, eu quero neste momento, me congratular com Vossa Excelência, nós que fizemos parte ontem, ao lado do Deputado Durval Amaral na Comissão desta Assembleia que foi a Brasília acompanhar a marcha dos Senhores Prefeitos, o "SOS Município", e dizer de que a Assembleia Legislativa do Paraná, a exemplo da Assembleia do Rio Grande do Sul e de São Paulo, demonstraram a preocupação de seus Parlamentares em relação à questão municipalista.

O Paraná mais uma vez, a exemplo de tantas outras marchas à Brasília, de-

monstrou mais uma vez a sua força com o Prefeito de Cambê, José do Carmo Garcia, liderando os prefeitos de todo o Paraná e contando com o reforço desta Assembleia. Pode o Paraná mais uma vez colocar também nas discussões as suas propostas, as suas idéias no sentido da confecção deste documento que Vossa Excelência acaba de ler e no documento encaminhado ao Presidente que eu farei a leitura no Horário da Liderança do PL que me foi cedido pelo Deputado Colômbino Grassano para que possamos deixar registrado nesta Casa e para que tomem conhecimento os Senhores Parlamentares porque na verdade todos nós temos a responsabilidade com os Municípios: os problemas são gerados nos Municípios, todos nascemos nos Municípios e ali é que se encaminham todas as reivindicações.

O prefeito, o vereador, são as pessoas mais procuradas e cobradas pela municipalidade.

Por isso, eu acho que a Assembleia deve na verdade mais uma vez receber esse documento com muita preocupação, deve somar-se aos demais Parlamentares que representam as suas regiões, deve somar-se aos Senhores Prefeitos, a este movimento que visa acima tudo resguardar o direito de cada município e não retirar aquilo que é de direito de cada município, mas se possível até aumentar a arrecadação dos municípios, porque ali, como já disse, geram e nascem os problemas.

Portanto, eu quero dizer que a sua presença, a presença desta Assembleia, o Bloco Municipalista no Congresso Nacional ontem pela manhã deixou a sua marca de liderança, a sua marca de preocupação com a situação dos municípios, em especial do Estado do Paraná.

O SR. ALBINO CORAZZA - Eu agradeço o aparte do nobre Deputado, e juntamente com o Deputado Durval Amaral, participaram conosco como representantes desta Assembleia em Brasília. Nós queremos agradecer a oportunidade que os nobres colegas nos deram de poder participar desta Comissão e queremos crer que essa luta municipalista cada vez mais ficará forte em defesa do povo brasileiro que mora nos municípios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Ontem, até algumas horas da madrugada acompanhamos pela Rede Globo, ora pela Manchete de Televisão, o espetáculo da cassação do Deputado Jabes Rabello em Bra-

sília. O Deputado Jabes Rabello obteve 252 votos, mas tinha os seus adeptos em Plenário. Ele obteve ao seu lado, a votação de 150 Senhores Deputados Federais.

Para meu espanto, o Deputado Jabes Rabello estava sendo cassado por ter uma carteirinha, por ter assinado uma carteirinha ao seu querido irmão que nada é do que o maior traficante de cocaína da história deste País e que com a carteirinha, ele poderia traficar a cocaína para matar os nossos filhos, para matar as nossas filhas e assassinar a moral e os princípios da família brasileira deste país. O meu espanto foi pela carteira, mas a CPI do Congresso, através do brilhante Deputado Dr. Elias Murad, cansou de dizer através da imprensa paulista e brasileira, através da Rede Globo, da Rede Manchete, da Record, do SBT e das demais Redes de Televisão, que estava mais do que provado que o Deputado Jabes Rabello estava participando também do narcotráfico na Nação brasileira.

Eu pensei ontem que este Deputado estava sendo cassado porque tinha ramificações com a sua família no narcotráfico da cocaína neste País, mas ele foi cassado por ter assinado uma carteira para seu irmão, que é o maior traficante de cocaína.

Graças a Deus, em nome da decência, da moral, em nome dos meus filhos, em nome dos filhos deste Paraná e deste Brasil, este crápula foi cassado.

Graças a Deus!

O seu irmão, que é o maior traficante de cocaína deste país, usava uma carteira do Gabinete do seu irmão, e com esta carteira na hora da apreensão da cocaína, apresentava a carteira aos agentes da Polícia Federal, dizendo que era funcionário do Congresso Nacional.

Graças a Deus, o crápula do irmão pegou - lamento profundamente - se tivesse a pena capital neste País, deveria ser julgado à pena de morte, porque o traficante de drogas é pior do que um assassino, ele invade as nossas casas, ele violenta as nossas famílias, milhares de mães e de pais choram lágrimas de sangue ao ver o seu filho no pó, ao ver o seu filho na maconha, ao ver o seu filho nas anfetaminas ao ver os seus filhos drogados. Muitos deles roubando toca-fitas para comprar a cocaína; meninas indo se prostituir nos motéis da vida, vendendo o corpo para comprar a cocaína.

Graças a Deus este pária, este expurgo, esta desgraça foi condenado a 24 anos de penitenciária.

Mas o que me chamou a atenção e que me apavorou também, ontem à noite, na frente da televisão, o apresentador da "Rede Globo" disse a este País que um irmão do Deputado Jabes Rabello tem uma carteirinha

assinada do Palácio Iguazu. A irmã do Deputado Jakes Rabello disse aos homens da "Rede Globo" que também tem uma carteirinha da Casa Civil e que também usa esta carteirinha para não pagar ingresso em cinema. É uma vergonha, um desrespeito, uma afronta!

Mais adiante - confesso aos Senhores não estava por dentro do que estava acontecendo - apareço no "Jornal Nacional" - de fundo com vários Deputados naquele local, uma panorâmica desta Casa - e o apresentador disse que aqui estava acontecendo uma maracutaia, que falsificaram um projeto criando um município no Estado do Paraná. Eu não acreditei que alguém nesta Casa falsificou a assinatura de um Deputado que eu conheço, que é honrado, é decente. Conheço o Deputado José Afonso nesses anos de Parlamento. É uma figura extraordinária - e eu não devo nada ao Deputado José Afonso, tenho por ele uma afeição muito grande, é uma amizade séria. Muitas vezes as coisas que não sabia aprendia com ele, como aprendi com o Deputado Orlando Pessuti e outros veteranos nesta Casa: João Ardua, Anibal Khury, Basílio Zanusso e tantos outros companheiros como o Deputado Duílio Genari. E aqui fomos aprendendo e aprendi muito com o Deputado José Afonso.

Estarreci-me hoje ao ver as manchetes nos jornais hoje dizendo que alguém, não sei quem, falsificou a assinatura do Deputado José Afonso, como se não bastasse, no ano passado, que falsificaram aqui a assinatura do Deputado Antônio Annibelli, fizeram carimbos do Deputado Annibelli. Isto aconteceu dentro desta Casa.

E, agora, pelo que me consta e pelo que vi na "Globo, e li na "Folha de Londrina", uma Comissão está por trás destas paredes tentando descobrir quem é o homem que falsificou a assinatura do Deputado José Afonso.

Senhores, esta semana os Senhores votaram por mim - queriam me processar. Eu tenho a minha ideologia de vida: eu sou a favor da pena de morte até morrer para crimes hediondos.

Mas, respeito quem é contra e exijo que me respeitem, também!

Estavam querendo me processar porque eu não gosto de bandidos! Porque eu não gosto de latrocidás! Porque eu não gosto de assassinos! Porque eu defendo a família! A família! E vou defendê-la sempre, enquanto eu tiver, voz nesta tribuna e no meu programa de televisão.

Agradeço a todos. E até mesmo aos companheiros pelos quais eu tenho profundo respeito, como o Deputado Ernani Pudell, Deputado Dr. Rosinha, que seguindo a tradição do seu Partido, a filosofia do seu Partido, votaram contra. Não poderia deixar de respeitá-los.

Agora, se eu tivesse sido processado por estelionato, ladrão, corrupto, esturprador, traficante, bandido, eu abriria mão da minha imunidade! Mas, estavam querendo me processar porque eu tenho a minha filosofia de vida, a minha maneira de pensar, a minha maneira de agir! Cedo, para a televisão, da televisão para a Assembleia, da Assembleia para casa, quando não em Londrina, quando não em Curitiba. E às vezes eu deixo de ir para Londrina porque este Parlamento é a minha segunda Casa! Eu amo esta Casa! Eu vivo esta Casa! Eu trabalho pelo ser humano!

Mas, não posso admitir em hipótese alguma, que alguém dentro desta Casa tenha falsificado a assinatura de um Deputado. E elaborado um projeto. Isto é um crime! Isto dá cadeia! Ou esta Presidência toma as devidas providências ou feche este Parlamento!

Volto a repetir: ou toma as providências ou se fecha este Parlamento! Está na hora de nós nos levantarmos contra este tipo de afronta, porque daqui a pouco vão estar jogando cocaína dentro dos nossos gabinetes! Daqui a pouco vão estar falsificando assinatura de outros Deputados! Daqui a pouco vão estar imputando a outros Deputados coisas desagradáveis e violentas, como nós temos acompanhado neste País.

Oxalá Deus esteja nesta Casa! Oxalá Deus, na sua infinita misericórdia, acompanhe os Parlamentares que estão apurando estes fatos e que o responsável por isso seja punido! Não só por este Parlamento, mas punido também pela justiça! Porque quem falsifica assinatura, quem falsifica documentos, o lugar dele é na cadeia!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Quero informar ao Deputado Alborghetti que já estão sendo tomadas as medidas necessárias. Inclusive uma Comissão, na Comissão de Constituição e Justiça para apurar a veracidade dos fatos.

No Grande Expediente, concedemos a palavra ao Deputado José Afonso Júnior.

O SR. JOSE AFONSO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhora Deputada Emília Belinati, Senhores Deputados, imprensa, Senhoras e Senhores.

Quem não age não é. Quem não age como pai, não é pai. Quem não age como filho, não é filho. Quem não age com espírito crítico, jamais será feliz. Quem não age com espírito público não é patriota. O homem ganha para perder aqui na terra. A alfândega do lado de lá é extremamente rigorosa, não levaremos títulos, nem dinheiro, nem poder, muito menos bem de família, traremos o bem que praticamos aqui na

terra. Dentro desta filosofia tenho procurado pautar e balizar minha conduta de homem público. Estou profundamente indignado com o envolvimento desta Casa de Leis, que é séria, que é eficiente e sobre tudo composta de homens e mulheres bem intencionados.

No episódio de falsificação do Projeto que cria o município de Monte Real, eu quero aqui fazer um parêntese, está em jogo, Senhores Deputados, não a assinatura do Deputado José Afonso, porque esta pode ser uma montagem, porque na cidade de Santo Antônio da Platina fui Prefeito por três anos e meio e todas as pessoas que ocupam cargo naquela localidade têm acesso as minhas assinaturas.

Mas o mais grave Senhores Deputados, senhores da imprensa, é este documento com o timbre da Assembleia, documento público que foi entregue à Câmara de Vereadores de Santo Antônio da Platina sem numeração, sem ser protocolado e sem data, em baixo a minha assinatura, que eu acho que é uma montagem ou é falsificada.

O mais importante que esta Casa nos dê uma declaração do setor competente, que é quem faz a documentação para que um Projeto tenha validade quando nós damos entrada na Mesa diretiva, a declaração da coordenação de apoio as comissões, que declara que o Projeto em tela jamais tramitou por este Legislativo.

Senhores Deputados, agiu com dolo, agiu e atentou contra o decoro desta Casa, agiu com leviandade o Deputado Ritti, pois foi ele quem levou o tal Projeto aos Vereadores conforme denúncia de um dos Vereadores, inclusive hoje confirmada pela Folha de Londrina, conforme declaração e, eu peço à Comissão constituída pelo Senhor Presidente Colombino Grassano, pelo Senhor Presidente Alceu Swarowski que faça como prova as declarações do Senhor Prefeito de Santo Antônio da Platina nas entrevistas dadas ontem no "Jornal Nacional" e no "Bom Dia Paraná" de hoje, onde ele afirma que o Deputado Ritti entregou este documento para o Presidente da Câmara.

Mas Senhores Deputados, o Deputado Ritti agiu como sempre, comprando, tirando vantagens pessoais através do cargo que ocupa, envolvendo o meu nome e, quantas vezes levantei a minha voz na minha cidade, que é Santo Antônio da Platina, quantas vezes levantei a minha voz neste Plenário e disse ao atual Prefeito de Santo Antônio da Platina que se encontrasse uma falcatura minha quando fui Prefeito daquela cidade que eu renunciaria o meu cargo de Deputado.

Depois dessa falsificação, é possível até que eles queiram encontrar alguma coisa, mas até o presente momento quantas vezes pedi que eles me mostrassem que a mi-

nha conduta era passível de reprovação.

Mas Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero dizer mais.

Os Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Santo Antônio da Platina foram induzidos pelo documento da Assembleia e não pela assinatura do Deputado José Afonso. Porque a assinatura do Deputado José Afonso não vale como projeto de lei. Porque se fosse com o timbre do gabinete do Deputado José Afonso, ninguém votaria o projeto rebaixando distrito para povoado.

Os Senhores Vereadores se orientaram no timbre da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Nesta Casa que os Senhores representam a vontade popular.

O que me indigna mais é que tramam com tanta tranqüilidade, que são capazes de tudo. Se a minha vida, neste momento, corre perigo, os Senhores sabem o endereço certo, se alguma coisa acontecer a este Parlamentar.

Porque perguntem ao candidato ao Senado Toni Garcia, quando ele foi atingido em Santo Antônio da Platina, qual é a suspeita que ele tem. Esta gente é mafiosa.

Esta gente é perigosa e, por isto, Deputado Alborghetti, fico feliz em ouvir que Vossa Excelência, que é defensor dos oprimidos e dos injustiçados, Vossa Excelência está como nós, preocupado em esclarecer a verdade dos fatos.

E o mais importante, Senhores Deputados, Senhores da imprensa, que os Vereadores nem ao menos tiveram o cuidado de ligar a esse Parlamentar se o projeto era de minha autoria. Não ligaram ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Colombino Grassano, de maneira que a Câmara de Vereadores está sob suspeita. Os Vereadores teriam que nos ligar para saber da veracidade deste Projeto de Lei.

E os Senhores sabem o que aconteceu à medida em que os Senhores vereadores transformaram o distrito administrativo e judiciário de Monte Real em povoado. Está a um passo para que o Tribunal de Justiça, basta uma autoridade daquela localidade dizer que não precisam mais do cartório que existe naquela localidade para que o cartório não mais exista. E este cartório, Senhores Deputados, faz concorrência com o cartório do Deputado que é titular, do Cartório de Protestos daquela cidade.

Vejam o envolvimento, vejam a trama, vejam a falsidade para desmoralizar, para ganhar dinheiro, para ganhar vantagens! Compromete toda a seriedade de uma Casa.

Senhores Deputados. Confio nas mãos firmes do Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, um homem honrado pelo seu passado dinâmico e digno. Confio na Comissão indicada pelo íntegro Deputado Colombino Grassano e presidida pelo sério Deputado

tado Alceu Swarowski, composta pelos honrados e competentes Deputados Mário Bezerra e Ovídio Constantino.

Senhores Deputados, ao finalizar minhas palavras, voltam aos seus lares com a certeza de que não está em jogo a assinatura do Deputado José Afonso.

Está em jogo o timbre da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, onde não consta número do projeto, onde não consta data do processo.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Quero me solidarizar com o nobre deputado neste momento difícil que Vossa Excelência atravessa. Conheço muito bem a situação de Santo Antônio da Platina porque tenho raízes lá.

Lamentavelmente a atual administração municipal tem cometido várias irregularidades. Tem trabalhado ao arrepio da lei, como se não existisse um Legislativo, um Judiciário. Enfim, são casos que se nós fôssemos contar aqui nesta Casa, nós deixaríamos os Deputados estarelecidos.

Sei que a Assembleia Legislativa pela sua tradição, pela honorabilidade dos seus membros haverá de tomar uma posição firme e haverá de punir ao Deputado José Arthur Ritti.

Não estamos aqui julgando se foi ele ou não o autor da falsificação de tal documento, mas já temos a certeza de que ele foi a pessoa que divulgou o tal documento falso, isso é suficientemente o bastante para caracterizar a falta de respeito e a falta de decoro Parlamentar.

Portanto, nobre Deputado José Afonso Júnior, tenha aqui a nossa solidariedade pessoal e o nosso empenho para ajudar aos Deputados integrantes desta Comissão Especial designada pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça para que nós cheguemos ao final com um trabalho sério e que sejam punidos os responsáveis por tamanha barbaridade.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - De Vossa Excelência eu só espero isso, porque Vossa Excelência teve o seu saudoso pai Prefeito daquela cidade, Vossa Excelência também já foi candidato a Prefeito por aquela cidade, foi Deputado por duas vezes por Santo Antônio da Platina, Vossa Excelência dá um testemunho muito importante porque Vossa Excelência é conhecedora dos fatos que realmente comprometem a seriedade daquele povo, uma conduta realmente reprovável de Sua Excelência o Senhor Prefeito Municipal que é o mentor intelectual de seu filho, José Arthur Ritti.

Concedo aparte, com muito prazer, ao Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Nós entendemos perfeitamente a sua indignação que não é só de Vossa Excelência mas passa a ser como um todo desta Casa também. Muito mais grave talvez não seja, como disse Vossa Excelência, a falsificação da sua assinatura, mas o papel timbrado desta Assembleia que foi utilizado por um membro desta Casa sabendo ele que não existia esse Projeto de Lei.

Quero transmitir a Vossa Excelência a minha solidariedade porque nós que viemos da legislatura passada, nós que o tivemos nesta Casa como vice-Presidente desta Assembleia passamos a admirá-lo pela sua conduta de homem, pela sua conduta de Parlamentar, e Parlamentar que nunca precisou subir à Tribuna desta Casa com tanta indignação como está subindo na tarde de hoje.

Entendemos perfeitamente seu estado de espírito, e faço eu, também, o apelo neste momento à Comissão Executiva desta Casa e até mesmo à Comissão de Constituição e Justiça de que apresse este processo, porque afinal de contas, a sua vida também passa a estar em jogo. Não podemos deixar para amanhã aquilo que se pode fazer hoje, se for o caso até, que esta Comissão de Constituição e Justiça vá à Santo Antônio da Platina, que ela se desloque até lá para ouvir lá mesmo rapidamente os Vereadores daquela Câmara Municipal pessoal que possam testemunhar o uso deste documento. Nós estamos bastante preocupados e como deixou claro Vossa Excelência na tribuna essa tarde, a sua vida corre risco, como falsificaram, como criaram a sua assinatura num documento desses evidentemente que o Prefeito está também sob suspeita, porque certamente poderá criar algum documento da sua gestão como Prefeito, criar alguma falcatura em cima do seu nome que poderá evidentemente atingir a sua pessoa com mais profundidade ainda, quando nós sabemos de sua honradez, da sua honestidade, do seu caráter como homem público.

Por isso eu quero somar neste momento - tenho certeza que a bancada do PDT, através do nosso Líder Deputado Rafael Greca, dos Deputados Cezar Silvestri, do Deputado Albino Corazza, da Deputada Emília Belinati - estão neste momento solidários à sua pessoa.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Quero agradecer a Vossa Excelência porque como vice-Prefeito desta capital tão importante Vossa Excelência dá um depoimento de coragem, de solidariedade, eu só podia esperar de Vossa Excelência pela vossa honradez, pela vossa integridade como homem público, Vossa Excelência que tem condições de ser Prefeito de Curitiba pelas qualidades pessoais, realmente nos dá conforto e nos

mostra que estamos no caminho certo.

Muito obrigado, Deputado Algaci Túlio.

Concedo aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado José Afonso Júnior, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não é nesta ocasião apenas, mas em todos os momentos em que Vossa Excelência aqui compareceu como Parlamentar Estadual, nós estivemos solidários com as ações desenvolvidas por Vossa Excelência neste Parlamento.

Neste caso específico nós gostaríamos realmente e temos certeza de que a Assembleia Legislativa do Paraná, a exemplo de ações que desenvolveu em outras ocasiões haverá de agir com o rigor que se faz necessário, com a prudência e com a sabedoria dos parlamentares que integram esta comissão especial e também a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

É evidente que está em jogo não só uma falsidade ideológica mas também o nome desta Casa e nós queremos neste momento em que nos colocamos ao vosso lado, como sempre fizemos, nos colocar ao lado da Assembleia Legislativa e colher do exemplo do dia de ontem em Brasília quando o Parlamento demonstrou que quando necessário e quando convocado ele age com prudência, com seriedade, como tem feito esta Assembleia ao longo de sua existência, nós queremos crer que neste caso não será diferente.

Esta comissão haverá de buscar todas as informações que se fazem necessárias e dar a nós todos parlamentares desta Casa e aos paranaenses, e porque não dizer ao Brasil porque o assunto hoje já é de domínio do Brasil, um esclarecimento verdadeiro e correto acerca de tudo aquilo que está acontecendo para que possamos restabelecer a integridade do Parlamento paranaense.

O SR. JOSE AFONSO JÚNIOR - Eu pergunto ao Senhor Presidente se nós abrimos um parêntese para que o Deputado Anibal Khury possa apresentar o visitante.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu quero anunciar a presença nesta Casa do Excelentíssimo Senhor Jean Bernard Ouvrieu, Embaixador da França no Brasil.

Suspendo a sessão por cinco minutos para cumprimentos ao Senhor Embaixador.

(sessão suspensa).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a sessão.

A Mesa pede vênias ao Deputado José Afonso Júnior para que o nosso orador oficial, Deputado Rafael Greca, faça a saudação ao Embaixador plenipotenciário da

França.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, nobres Pares, Excelentíssimo Senhor Jean Bernard Ouvrieu, Embaixador plenipotenciário da República francesa, seja bem-vindo a esta capital ecológica, a esta capital do Paraná, à cidade de Curitiba, seja bem-vindo ao nosso Parlamento estadual.

É desnecessário dizer da importância das relações entre a França e o Brasil. Os primeiros momentos da nossa história já foram marcados pela presença de galeões franceses, seja no Rio de Janeiro, seja em Pernambuco, confirmando a expansão colonial do império português. Depois, quando se falou pela primeira vez liberdade, em igualdade e em fraternidade, nas terras das minas gerais, lá nos páramos altos do Brasil, de novo a lembrança da República francesa e os seus ecos de luta contra o despotismo, as suas lições de liberdade, de igualdade, de fraternidade, se fizeram ecoar na terra brasileira. Houve um momento cultural importante que foi o da missão francesa trazida por El Rei D. João VI, quando até o Paraná foi reportado.

A certidão de nascimento do Paraná é o relato do sábio francês August de Saint Hilaire na sua "Voyage Pittoresque au Sud du Brésil", que é um documento de 1827 que retrata uma viagem pitoresca ao sul do Brasil, feita por esse sábio naturalista francês.

Se a Sua Excelência andar pelas ruas de Curitiba verá a presença no traçado urbanístico das largas avenidas, que o urbanista pioneiro, Presidente da Província do Paraná, Visconde de Taunay fez já nos idos do século XIX, urbanismo este depois confirmado pelos Senhor Pierre Du Toileis, que andou aqui seguido depois por um outro urbanista em 1950, Monsieur Hagachi, que trouxe o traçado urbanístico original da cidade. Foi uma geração de jovens arquitetos curitibanos e paranaenses formada por Madame e Monsieur Garfunkel que eram os mentores da Alliance Française aqui, que possibilitou o atual desenvolvimento do urbanismo na capital do Paraná.

Há verdadeiramente o germe do espírito cartesiano de: "Eu penso, logo existo", na ideia das novas gerações de paranaenses. Nós sonhamos que outro germe que na França prosperou e deu árvore de frutos abundantes, qual seja o germe da igualdade, de oportunidades entre todas as pessoas, que é máxima da internacional socialista, que tem o Presidente Mitterrand um dos seus mentores e nosso companheiro, também prospere na nossa sociedade, de maneira que este Brasil que pensando, reflita a sua possibilidade de existência, de expansão e de grandeza.

Aprenda da França, aprenda da liberdade, da igualdade e da fraternidade as lições que nós queremos ouvir.

Seja bem-vindo, Senhor Embaixador, os meus Pares, este Deputado, o nosso Presidente, o povo do Paraná, acolhemos com simpatia a sua visita, como no passado a nossa gente acolheu Monsieur de Saint'Hilaire, Monsieur Debret e tantos outros que trouxeram a nós paranaenses as notícias de luz e de civilização que iluminam a terra gualeza.

Bien venu, Monsieur.

Obrigado, Presidente.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedemos, com muita honra, a palavra ao Senhor Embaixador Jean Bernard Ouvrieu.

O SR. EMBAIXADOR JEAN BERNARD OUVRIEU - Tenho que me desculpar pelo fato de o meu português ser um pouco fraco, mas é o coração que vai falar.

Eu estou muito honrado pelo acolhimento do Presidente e da Assembleia do Estado do Paraná. Realmente, é claro que já quando nós chegamos aqui nesta cidade, ontem, nós sentimos-nos quase em casa. Existe uma sorte de atmosfera a que pode ser comparada à atmosfera da França, aqui neste Estado, nesta cidade. Pelo equilíbrio, pela qualidade da vida.

Tudo isso para dizer ao Presidente e a todos que estão aqui que para mim e para os que me acompanham é uma honra e realmente uma alegria em ser acolhido como o senhor o fez. Para voltar ao que o Senhor disse há alguns minutos atrás, é certo que existe entre o Brasil e a França uma tradição não só de ligação, não só de amizade, mas se posso utilizar esta palavra, de cumplicidade, no campo cultural e em todos os aspectos da vida política também. Existe uma grande história, um passado muito denso.

Para concluir, posso dizer que, pela França é bastante importante, de continuar uma tradição de intercâmbio cultural no sentido mais largo do termo. E queria dizer hoje, agora, imediatamente depois dos Estados Unidos, é na França que se treina o mais importante número de brasileiros a nível de doutorado e de pós-doutorado.

Senhores, muito prazer para mim em poder falar um pouco da imagem democrática do Brasil.

Muito obrigado, Senhor. Muito obrigado a todos.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa agradece a presença do Senhor Embaixador da França, da heróica Nação que proporcionou ao mundo a liberdade, a frater-

nidade e a igualdade, conquistada pela Tomada da Bastilha.

Retorna à tribuna o Deputado José Afonso Júnior.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Eu queria, Senhor Presidente, agradecer o apoio recebido do Deputado Orlando Pessuti, neste meu depoimento desta tarde, esta solidariedade que V. Exa. me empresta, como nosso líder, vem mostrar a responsabilidade que V. Exa. tem com os seus liderados.

Muito obrigado, Deputado Orlando Pessuti e espero que a verdade, sobretudo a verdade, venha a prevalecer nesta Casa e que os culpados sejam colocados nos seus devidos lugares.

Concedo, com muito prazer, o aparte ao Deputado Rafael Greca de Macedo.

O Sr. Rafael Greca de Macedo (aparte) - Na qualidade de líder do PDT, do Partido Democrático Trabalhista, em nome dos Deputados Algaci Túlio, Emília Belinati, Albino Corazza e Cezar Silvestre.

O Deputado Algaci me disse que já fez, já hipotecou a nossa solidariedade, mas eu quero referendar o que disse S. Exa. o nosso vice-Prefeito e nosso companheiro - porque na verdade, Deputado José Afonso, só a verdade poderá purificar a prática política deste País. É intolerável no atual momento da vida brasileira quando a nossa sociedade vai ferida de desesperança que permaneça a mentira como prática para se conquistar o poder ou para se tentar a persuasão.

Aliás, aonde anda o Deputado Ritti? Faz tempo que eu não tenho visto S. Exa. neste Parlamento. Só vi o vulto sinistro do seu pai andando por aqui outro dia.

Então, quero dizer o seguinte: não se pode tolerar de maneira nenhuma, Senhor Deputado José Afonso, a falsificação como prática política, ainda mais com as armas da Assembleia. S. Exa. tem a nossa solidariedade, terá do Parlamento, e nós gostaríamos que o nosso companheiro Ritti viesse aqui para ouvir de própria voz o que hoje estou dizendo.

Na verdade, a sociedade paranaense falaria, pedras fariam se nós nos calássemos.

Tem V. Exa. a nossa solidariedade.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Eu gostaria de dizer ao Deputado Rafael Greca que o seu pronunciamento em nome de toda a Bancada do PDT vem fortalecer as nossas preocupações. Quero dizer, Deputado Rafael Greca, que V. Exa. tem a felicidade de ser ungido pelas bênçãos de Deus, V. Exa. quando fala, fala com muita sabedoria e com muito conhecimento de causa. Por isso, as palavras de V. Exa. nesta Casa vieram re-

forçar mais ainda a minha vontade de esclarecer esses fatos.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - V.Exa. me concede um aparte?
(Assentimento).

Caro Deputado Afonso, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Realmente convivemos neste momento uma situação constrangedora. Coloco também a minha posição como líder do PFL e tenho a certeza que a nossa Bancada pensa e está sintonizado da maneira como V.Exa. se preocupa, quando passamos por um vexame total nesta Casa ao ver denúncia da maneira que V.Exa. está fazendo com que esta Casa se sinta diminuída, esta Casa já tão falada às vezes até na opinião pública quando nós temos no dia-a-dia um peso muito grande sobre as costas, como homem público, de fazer com que este Parlamento seja cada vez mais valorizado, mas o peso da crítica daqueles que às vezes têm apenas a inveja do trabalho, da conquista que nós fizemos como homem público, como homem comum na luta do dia-a-dia.

E quando acontece uma situação absurda como esta, com que V.Exa. se deparou, e esta Casa também, e naturalmente nós nos sentimos numa situação constrangedora.

Vamos lutar, vamos fazer com que seja solucionada esta questão e que a Comissão receba a luz da clareza para que possamos fazer com que a população do Paraná, com V.Exa. que foi na verdade envolvido com dificuldades tamanha de se defender de uma situação dessa, criando a todos nós na mesma posição de V.Exa.

Portanto, esperamos que esta Casa se saia deste desgaste público e que será punido sem dúvida nenhuma aquele ou aqueles que tentam fazer com que este Poder seja cada vez pior do que muitos desejam.

Na verdade, nós fomos eleitos pela segunda vez, V.Exa. pela segunda vez também, fazendo com que esta Casa seja cada dia mais enriquecida e também sabemos que muitos Parlamentares que voltaram, mas muitos que aqui chegaram pela primeira vez com o propósito de fazer principalmente com que este Poder seja cada vez mais forte, mais representativo.

Agora, desta maneira, falsificando assinatura, botando em dúvida, fazendo com que este Poder seja exposto realmente é muito triste. Nós falamos com o coração, como V.Exa., e sabemos da seriedade de V.Exa. quando trata a causa pública, e desta maneira não se pode deixar acontecer mais nesta Casa.

Portanto, tem também o apoio da Bancada do PFL. E eu tenho certeza que estaremos juntos, unha por unha, dente por dente para que seja elucidado e resolvida esta situação, se Deus quiser.

Muito obrigado.

O SR. JOSE AFONSO JÚNIOR - Eu agradeço o líder do PFL, Deputado Costenaro, um homem que fala com o coração, um homem sensível aos problemas deste Parlamento e eu tenho, como o Senhor, esperança que esta Casa de Leis e o Deputado Aníbal Khury tem feito tudo para que isso aconteça, para que nós possamos nos orgulhar deste Poder, que nós apareçamos nos jornais estampando o trabalho sério e competente que os parlamentares executam, aqui neste Legislativo e não sejamos manchete por causa desses acontecimentos que vêm denegrir e muito, a Casa de Leis que nós pertencemos.

Concedo com muito prazer, aparte ao Deputado Geraldo Cartário, Líder do PST.

O Sr. Geraldo Cartário - Agradeço o aparte concedido, ilustre companheiro, Deputado José Afonso.

Há muito tempo atrás, quando prefeito V.Exa. o era, eu também prefeito, me lembro dos movimentos municipalistas e na dificuldade que todos nós tínhamos em administrar os nossos municípios, jamais posso aceitar que alguém, seja com o intuito de associação política, possa denegrir a sua imagem como municipalista, prefeito e muito menos, como Deputado.

Tanto eu, líder da Bancada do PST, como os nossos companheiros de Partido, somos solidários a vossa pessoa e não aceitamos em hipótese alguma, essa molecagem que fizeram na sua cidade, Santo Antônio da Platina, principalmente, envolvendo a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná: papel timbrado foi usado através de uma brincadeira de mau gosto, que tinha por finalidade e tem, desmoralizar V.Exa.

Mas, como líder da Bancada, onde se envolve em denúncias um companheiro nosso de Partido, eu tomo a liberdade de pedir a Vossa Excelência, que nos permita, já que a Comissão de Justiça não integrou um dos nossos Deputados, porque nós gostaríamos também de estar presentes na cidade de Santo Antônio da Platina para, de perto, "in loco", averiguarmos tudo o que aconteceu, porque se realmente foi envolvido o nome ou se assinou ou se partiu dele, nosso companheiro de Bancada, a falsificação da assinatura da vossa pessoa, nós seremos os primeiros a pedir ao Presidente da Assembleia, Deputado Aníbal Khury, que tome as providências imediatas, até mesmo para o afastamento do Deputado.

Tomo a liberdade de permitir que tanto eu e outros Deputados do nosso Partido, possamos acompanhar no paralelo - já fomos alijados da Comissão - para exigimos entre outras coisas, que o Deputado Ritti venha a esta tribuna e que para o Paraná inteiro, usando essa tribuna, faça um es-

clarecimento de tudo o que aconteceu na cidade de Santo Antônio da Platina.

Por enquanto, lhe garanto que Vossa Excelência conta com toda a solidariedade da nossa Bancada.

O SR. JOSE AFONSO JÚNIOR - Queria agradecer ao Deputado Geraldo Cartário.

E de muita importância o vosso depoimento, porque Vossa Excelência é líder do PST, um Partido novo e que tem um futuro muito promissor.

Quero dizer a Vossa Excelência que não tenho esta autoridade, mas como vítima, eu faço questão e terei imensa honra de tê-lo como participante da Comissão que irá segunda-feira, às 2:00 horas da tarde, no Fórum local da cidade de Santo Antônio da Platina, presidida pelo Deputado Alceu Swarowski e relator, Deputado Mário Bezerra, acompanhado pelo Deputado Ovídio Constantino, e que Vossa Excelência não faça parte dessa caravana e que lá "in loco", cheque as veracidades dos depoimentos que serão colhidos na tarde de segunda-feira.

Concedo aparte ao Deputado Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Em nome da Bancada do PRN, também quero me manifestar e quero cumprimentá-lo - inicialmente pela sua coragem - e quero citar aqui uma frase que o Deputado Anibal Khury que cita com frequência, onde diz "que a Inglaterra deu certo, porque lá os homens tiveram a mesma coragem que os canalhas".

Quero dizer a Vossa Excelência, Deputado, que eu também fui vítima do mesmo Deputado e quero fazer um pedido a esta Casa, para que seja procedido rapidamente a averiguação desse caso, porque a demora faz com que o esquecimento dos fatos e faz com que nós não consigamos julgar como deveria ser julgado.

Então, a Bancada do PRN se coloca ao seu lado, apoiando a sua posição. E só o fato de o Deputado ter levado, não queremos aqui dizer que ele tenha feito a sua assinatura, mas só o fato de ele ter levado este projeto de lei falso, já deixa dúvidas; bem como a ausência dele por muitas e muitas sessões, deixa-nos em condições de julgá-lo aqui a qualquer momento.

O SR. JOSE AFONSO JÚNIOR - Obrigado, Deputado Valdir Rossoni.

Vossa Excelência, através do seu Partido empresta um importante apoio. Vossa Excelência conhece bem a figura do Deputado Ritti que é bem capaz de fazer qualquer falcatura para prejudicar este Poder Legislativo.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Finalizando, Deputado Anibal Khury, quero dizer aos Senhores Deputados que a

população do Paraná, a sociedade paranaense haverá de lembrar desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, haverá de lembrar dos seus grandes feitos, haverá de ter memória histórica de que por aqui passaram grandes políticos, como Alvaro Dias que foi Deputado Estadual e posteriormente Governador do Estado do Paraná; como João Elísio Ferraz de Campos que foi Deputado Estadual e posteriormente Governador do Paraná; Roberto Requião que foi Deputado Estadual e posteriormente Governador do Estado do Paraná.

O povo do Paraná haverá de lembrar da Assembleia através destes homens que muito contribuíram através da coragem do Deputado Anibal Khury que, mesmo cassado, não calou a sua voz, não se acovardou em momento algum. Eu me lembro de uma noite memorável quando eu estava em uma reunião na "Boca Maldita" e o Deputado Anibal Khury adentrava no recinto daquela reunião e era aplaudido em pé pelos presentes, pela sua conduta, pela sua dignidade e pela sua coragem.

Por isso, Deputado Anibal Khury, eu disse anteriormente aqui, quando Vossa Excelência aqui não estava, que confiamos no seu discernimento, confiamos na sua sinceridade de amigo das horas difíceis, e confiamos na sua capacidade de bem interpretar essa denúncia que ora faço, não do envolvimento da minha assinatura, mas do timbre da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná que foi usado na Câmara Municipal de Santo Antônio da Platina para denegrir a imagem deste Parlamento.

Por último, Srs. Deputados, temo que este pária, que esta erva daninha desta Instituição, porque hoje sou eu, amanhã poderão ser vocês a serem apunhalados pelas costas por este segundo Rabello do Paraná.

Muito obrigado, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

PMDB com a palavra.

(Declina)

PTB.

(Declina).

Independente.

(Declina).

PST.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PRN.

(Declina).

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, vou usar o Horário do PL.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TULLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós que estivemos há dois dias em Brasília - como já disse o Deputado Albino Corazza - em companhia do Deputado Durval Anaral, levando a nossa solidariedade e a posição desta Assembleia à luta dos Prefeitos do Brasil, em especial dos Prefeitos das médias e pequenas prefeituras.

Fomos também na condição de vice-Prefeito da cidade de Curitiba levando a solidariedade do Prefeito Jaime Lerner, e também na condição de Presidente da Associação dos Vice-Prefeitos do Estado do Paraná.

Já, como já disse anteriormente, o Paraná marcou presença, o Paraná marcou a sua posição através da luta, do empenho do Presidente da Associação dos Municípios do Paraná na pessoa do Prefeito de Cambé José do Carmo Garcia e da presença dos Prefeitos em número maior do Paraná em relação a outros Estados da Federação.

E o Deputado Albino Corazza já fez a leitura do documento encaminhado aos Senhores congressistas. Eu quero fazer aqui a leitura do documento encaminhado ao Senhor Presidente da República. Documento que diz (LE):

"Brasília, 05 de novembro de 1991. Excelentíssimo Senhor Presidente.

As Entidades Municipalistas Nacionais e Estaduais, representando, Prefeitos, vice-Prefeitos, Vereadores e todos aqueles que lutam pelo fortalecimento do Município, reunidos em Brasília, no dia 05 de novembro de 1991, após profunda análise da situação de extrema gravidade por que passa o Estado Brasileiro, decidiram, em Assembleia geral, oferecer sugestões a Vossa Excelência, quanto às seguintes questões:

I - A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

A política do Governo Federal, de controle da inflação, com conteúdo recessivo, vem inibindo investimentos do setor produtivo, diminuindo a oferta de empregos e, drasticamente, a receita tributária das três esferas do governo.

Os Municípios são os que mais perdem com o enfraquecimento da atividade econômica, em razão da dependência, quase exclusiva, das transferências do Fundo de Participação (FPM) e do ICMS.

A inversão dessa situação se faz necessária. É urgente. A nação não suporta mais seus efeitos. Os Municípios querem colaborar, assumindo suas responsabilidades constitucionais, ampliando os serviços oferecendo às suas comunidades, especialmente, nas áreas básicas de educação, saúde, saneamento, alimentação e habitação popular.

A nova Constituição da República, com

feição nitidamente municipalista, deve ser cumprida. Os Municípios esperam que a União promova sua reestruturação dentro do perfil traçado pelo legislador constituinte, modernizando-se.

A modernização do Estado Brasileiro, implica na descentralização direcionada ao fortalecimento dos Municípios, base da Federação. É preciso acabar, de vez, com a falsa premissa de "incompetência congênita dos Municípios".

A colaboração dos Municípios é imprescindível para a proposta de retomada do desenvolvimento. Apesar das dificuldades atuais, vem conseguindo suprir a demanda de prestação de serviços públicos essenciais.

II - A PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL E OS MUNICÍPIOS

A Proposta de Emenda Constitucional, encaminhada por Vossa Excelência, ao Congresso Nacional, pretende alterar, substancialmente, a repartição das receitas tributárias entre a União, Estado, Distrito Federal e Municípios.

A redução de 05 pontos percentuais na participação dos Municípios na arrecadação do ICMS, com a finalidade de refinar as dívidas contraídas pelos 'Estados e Distrito Federal', inclusive suas autarquias e estatais, não pode prosperar.

Os Municípios não são responsáveis por esse endividamento. Os Municípios não podem ser obrigados a pagar, com parcela de sua receita, com sacrifício, dívidas que não contraíram, inclusive decorrentes do não recolhimento da Previdência Social e do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço, dos servidores daquelas Entidades.

A proposta do inciso IV, do Artigo 2º do Emendão é inconstitucional. Ofende o disposto no Artigo 60, parágrafo 4º, I, da Constituição da República. A partilha de recursos outorgada pelo constituinte originário, que assegura a autonomia financeira dos entes Federados, não pode ser alterada pelo constituinte derivado.

Também é inaceitável a proposta de congelamento do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios, na forma prevista em seu artigo 5º, que prevê a não inclusão dos acréscimos de arrecadação tributária da União nos Fundos de Participação (FPE/FPM).

Os Municípios e os Estados, principalmente aqueles que dependem, quase exclusivamente, destes fundos, não podem sofrer tal penalidade. Os acréscimos de receita tributária da União são decorrentes de atividades estimuladas pelos Estados e Municípios, até mesmo com benefícios fiscais.

A participação dos Estados e Municípios, no produto da arrecadação dos Impos-

tos Federais que compõem o FPE e FPM é fator de motivação à retomada de desenvolvimento.

As razões de inconstitucionalidade já apontadas, em relação ao ICMS, se aplicam à proposta de congelamento do FPE/FPM.

III - AS PROPOSTAS DO MUNICÍPIO

a) A Integração da Fiscalização tributária

Não é preciso alterar a Constituição, diminuindo as receitas dos Municípios, para resolver os problemas financeiros da União, dos Estados e do Distrito Federal. A queda da arrecadação, principalmente da União, decorrentes de sonegação fiscal, pode ser revertida com o auxílio dos Municípios, pela integração da fiscalização tributária, tornando-se mais eficientes e menos onerosa. A Legislação existente possibilita este procedimento.

A Modernização do Estado, o efetivo combate à inflação, é compromisso de toda a Nação Brasileira, especialmente dos Municípios, célula mater da Federação.

b) O Imposto Territorial Rural

O ITR não está sendo arrecadado de forma justa, não cumprindo com sua finalidade social. Os valores atribuídos, pela União, à base de cálculo do imposto, são irrisórios, não refletindo a realidade. A União não tem condições de aferir o exato valor das propriedades fundiárias, por falta de corretas informações cadastrais. Os Municípios, que já arrecadam imposto patrimonial (inter-vivos) incidentes sobre propriedades urbanas e rural, estão em condições de melhor atribuir valor às mesmas.

Aos Municípios, portanto, deve ser assegurado, na forma da lei, o direito de informar à União, a base de cálculo do tributo.

CONCLUSÃO

Os Municípios querem que seja preservado o perfil descentralizador, nitidamente municipalista, traçado pela Assembleia Nacional Constituinte.

Os Municípios querem participar do processo de modernização do Estado Brasileiro e no combate efetivo às causas da inflação, immanados nos seus propósitos e confiantes na vocação municipalista de Vossa Excelência.

Os Municípios como parceiros da União e dos Estados no processo de produção e geração de riquezas, são igualmente responsáveis pela condução do Processo Político Nacional.

OS MUNICÍPIOS PODEM FAZER MAIS.

OS MUNICÍPIOS PODEM FAZER MELHOR.

Conselho Brasileiro de Integração Municipal

Associação Brasileira de Municípios

Associação Brasileira de Prefeitos

Confederação Nacional de Municípios

Frente Municipalista Nacional

Instituto Brasileiro de

Administração Municipal

União de Vereadores do Brasil"

O SOS Município, Senhor Presidente, Senhores Deputados, foi um sucesso ontem em Brasília. Chamou a atenção. Muito embora concorrendo com outros assuntos que eram discutidos ontem em Brasília, como por exemplo a cassação do Deputado Jabes Rabello e a votação em segundo turno da "Emenda Richa", com relação ao Parlamentarismo.

O que é preciso, e a denúncia foi feita ontem lá no Congresso, que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que somente é recolhido 47% através dos empresários, aí que está o furo que acontece no Governo Federal e que resulta em problemas sérios para os municípios. Cinquenta e três por cento dos empresários não recolhem o Fundo de Garantia! Por isto que temos carência de habitação e tratamento de saneamento básico nas cidades.

O Sr. Nelson Justus - O Senhor me concede um aparte?

(Assentimento).

Quero cumprimentá-lo, como de resto a toda a Comissão Municipalista que se deslocou a Brasília, me solidarizar e me somar a todos estes anseios de V.Exa.

No entanto, devo apenas lembrar aos Senhores municipalistas que o melhor remédio para fortalecer os municípios não é a criação de novos municípios, alguns deles sem condições de sobrevivência.

Por isto me somo a V.Exas. municipalistas e deixo latente a minha preocupação de alguns municípios que possam vir a ser criados sem condições de sobrevivência.

O SR. ALGACI TÚLIO - Nós podemos comprovar ontem em Brasília, Deputado Albino Corazza, Deputado Durval Anaral, a situação gravíssima das quatro mil e quinhentas prefeituras que temos no País, milhares delas em situação de desespero, em caos total, sem condições de pagamento do salário, o que dizer do 13°.

A situação é de penúria, é um caos e é preciso que todos nós nos somemos contrários a esta situação, essa tentativa de reduzir o repasse do ICMS e do fundo de participação dos municípios.

Concedo aparte ao Deputado Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Deputado Algaci: cada vez que a gente conhece o ser humano a gente se impressiona.

E quando eu soube que V.Exa. tinha tomado parte dessa Comissão municipalista, fiquei feliz por Vossa Excelência.

Estou aprendendo a lhe admirar mais ainda, oxalá a sua caminhada rumo à Prefeitura Municipal de Curitiba seja também vitoriosa como V.Exa. pretende.

Mas o que me chamou a atenção hoje nos jornais foi saber que praticamente essa Comissão municipalista, V.Exa. os demais componentes, os demais Deputados, o Deputado Albino Corazza e outros que lá participaram, lendo a "Folha de Londrina" eu me senti feliz de saber que V.Exa., o Prefeito Antônio Belinati, tantos outros Prefeitos como da minha cidade; tantos outros Prefeitos do Paraná lá estavam presentes. V.Exa. junto, esta Casa junto, lutando pelos interesses do municipalismo, não só do Paraná.

A Assembléia Legislativa deu uma demonstração de civismo, de amor, de coragem, de afronta.

Então Vossa Excelência afrontou o Governo Brasileiro, e esta afronta não é uma afronta de violência, é uma afronta de trabalho, é uma afronta de conquista, é uma afronta de muita coisa boa que virá aos municípios não só do Paraná, aos municípios brasileiros.

Parabéns a Vossa Excelência de coração, e parabéns a essa Casa!

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Alborghetti, e deixo bem claro que não me move nenhuma vontade de ir muito à Brasília, aliás, sou vou a serviço e volto rapidinho, porque não me atrai em nada a ilha da fantasia, tanto é verdade que eu e o Deputado Corazza inclusive antecipamos o retorno à Curitiba porque pretendíamos, inclusive, ontem, pegarmos a sessão Plenária de ontem, porque nossa tarefa já estava cumprida, Brasília não nos agrada, aquela ilha da fantasia, aquilo que não é o Brasil que nós conhecemos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se à ORDEM DO DIA:

O SR. DOMINGOS CARVALHO - Questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência não quer levantar a questão de ordem na oportunidade da votação da matéria.

O SR. DOMINGOS CARVALHO - Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 47 Senhores Deputados.

A Mesa recebeu pedido de informações solicitado pelo Deputado Doutor Rosinha. Se encontra com o 1º Secretário.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Na Sessão de antes de ontem foi aprovada a Comissão Especial para interceder e fazer apelos, gestões junto ao Governo do Estado para solucionar a questão da greve da Saúde do Estado do Paraná, dos servidores da Saúde. Então eu gostaria de solicitar a Vossa Excelência que se possível indicasse neste momento os integrantes dessa Comissão para que ela pudesse atingir os fins que se pretende que é exatamente procurar uma alternativa que possa pôr fim a esse movimento e ao mesmo tempo abrir uma possibilidade de negociação do Governo com essa categoria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Designo os Senhores Deputados Doutor Rosinha, o Deputado Domingos e a Deputada Emília Belinati para fazerem parte desta Comissão a partir deste instante.

Deputado Geraldo Cartário encaminha atestado é do dia 04. A Mesa deferiu nos que se encontra em tratamento de saúde. O atestado é do dia 04, a Mesa deferiu nos termos regimentais baseado no Artigo 59, a partir do dia 07.

Sobre a mesa, Ofício nº 011/91, subscrito pelo Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, comunicando que o Senhor Deputado José Artur Ritti, encontra-se sob cuidados médicos, conforme atestado anexo. Defiro com base no Art. 59, Parágrafo Único, do Regimento Interno, a partir do dia 07 do corrente mês.

Ofício nº 033/GAB/CKC, subscrito pelo Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente, solicitando que seja abonada sua falta na presente Sessão Plenária, em virtude de participação da 2ª Conferência Estadual de Meio Ambiente no Município de Iporã. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Resolução de autoria do Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução nº 060/91. Prejudicado.

Requerimento de autoria dos Senhores

Deputados Ovídio Constantino e José Afonso Junior, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 373/91. **Prejudicado.**

'Requerimento de autoria do Senhor Deputado Heinz Herwig, constante do expediente, solicitando preferência de discussão para o Projeto de Resolução nº 019/91. **Prejudicado.**

O SR. DOMINGOS CARVALHO - Pela ordem, Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa.

(Lê-Fotocópia em anexo).

"Ref. QUESTÃO DE ORDEM fundada no Art. 104, para exigir cumprimento dos Arts. 127, 250, ambos Regimento Interno, e do art. 70 da Carta Estadual.

O Deputado que o presente subscreve, amparado no art. 104 e §§, do Regimento Interno, formula a seguinte QUESTÃO DE ORDEM:

I - Estabelece o Regimento Interno, art. 124, § 4º, que 'Não será considerado objeto de deliberação o projeto manifestamente inconstitucional ou anti-regimental'.

Ora, o Projeto de Resolução nº 19.91, que autoriza a realização do Plebiscito sobre a criação do Município de Carambeí, posto em votação na sessão de hoje, e inclusive, já arquivado em sessão legislativa anterior, equivale em restabelecer o procedimento legislativo do Projeto de Resolução nº 055/91, rejeitado na sessão de 03.10.91, que também tratava da mesma matéria, ou seja, a autorização para a realização de plebiscito sobre a criação do Município de Carambeí.

Por outro lado, o art. 127, do Regimento Interno, prescreve que, na mesma sessão legislativa, a renovação da matéria rejeitada dar-se-á através de novo projeto, subscrito pela maioria absoluta dos Deputados, e não através da ressurreição de projeto recentemente recusado pela maioria desta Casa e o Art. 250 do mesmo Regimento Interno, prescreve que, serão arquivados as proposições apresentadas em legislaturas anteriores, em qualquer fase da tramitação.

Eis o seu texto:

'Art. 127 - As matérias de projetos de lei rejeitados ou não sancionados assim como a constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Membros da Assembleia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador'.

O 'Art. 250 - Serão arquivados, em qualquer fase de sua tramitação, as proposições apresentadas em legislaturas ante-

riores".

Razão porque, restaurar o procedimento legislativo do Projeto de Resolução nº 19/90, fere frontalmente os preceitos regimentais acima transcritos e o direito do Deputado-Signatário e de outros Deputados, de deliberarem da mesma matéria caso a mesma venha consubstanciada em nova proposta, já que o projeto de resolução nº 019/91 trata da mesma matéria rejeitada no projeto de resolução nº 055/91 foi automaticamente arquivado na sessão legislativa anterior, a teor do art. 250, do Regimento Interno.

Ademais, o art. 70 da Constituição Estadual prescreve: 'A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente pode constituir objeto de novo projeto, na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Deputados'.

Ressalte-se, ainda, que o Projeto de Resolução nº 019/91, veio para deliberação em plenário direto para a 2ª discussão, em desconformidade com o art. 145 do Regimento Interno.

II - Diante do exposto, requer a Vossa Excelência que retire o projeto de resolução 019/91 de votação em data de hoje, pois o mesmo equivale à reabilitação do Projeto de Resolução nº 055/91 e que foi rejeitado na sessão de 03.10.91, inclusive, arquivado na sessão legislativa anterior, e o devolva a seu ilustre autor, para fins do art. 124, § 3º, do Regimento Interno, ou seja: '§ 3º - sempre que um projeto não estiver devidamente redigido, a Mesa restitui-lo-á ao autor para organizá-lo de acordo com as determinações regimentais'.

Requer ainda, que a presente QUESTÃO DE ORDEM seja resolvida nesta sessão, já que o Regimento Interno não lhe faculta expressamente prazo diverso, a teor do Art. 104, § 1º: 'Todas as questões de ordem, claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembleia', e do Art. 20, nº XXVII, que obriga o Presidente a 'resolver todas as questões de ordem que ocorrerem durante as sessões', ambos do Regimento Interno.

Requer, por último que da eventual decisão contrária a esta QUESTÃO DE ORDEM seja expedida certidão, ou cópia de inteiro teor do trecho correspondente, ou cópia das notas taquigráficas, devidamente autenticadas, e com urgência, a fim de instruir medida judicial pertinente.

Sala das Sessões, em 07.11.91

(a) DOMINGOS FAUSTINO DE CARVALHO

O SR. DOMINGOS CARVALHO - (Termina de ler)
Ainda para informar à Mesa, e dizer o seguinte, não é este o assunto, mas só para informação: é proibido por lei fornecer diagnóstico de doença. Isto é um segredo

entre o médico e o paciente. Neste Caso atestado médico deve trazer um código.

Este código pode ser anunciado.

No mais, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhor Deputado Domingos Carvalho levanta a Questão de Ordem a respeito do Projeto de Resolução nº 19/90. A Mesa tem mantido a tradição dos projetos arquivados, há Requerimento do autor do projeto, eles retornar à tramitação normal. No caso em tela houve um projeto do Deputado, um Projeto de Resolução do Deputado Heinz que foi rejeitado pelo Plenário desta Casa, com divisas diferentes do que foi apresentado no meu projeto, projeto de autoria do Presidente da Assembleia. Nestas condições e atendendo o Art. nº 127, do Regimento Interno, mencionado pelo ilustre requerente, fala o seguinte: As matérias de projetos de lei, projetos de lei, rejeitados ou não sancionados, assim como a constante de proposta de Emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Membros da Assembleia. Trata-se de um Projeto de Resolução. O ilustre requerente confundiu alhos com bugalhos. Aqui é Projeto de Lei. E ainda mais, o Art. nº 70 da Constituição Estadual repete o Regimento Interno: A matéria constante do Projeto de Lei rejeitado somente pode constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Senhores Deputados. O desarquivamento foi solicitado por vinte e nove Senhores Deputados o que vale a apresentação de um novo projeto e regimentalmente certo. Nestas condições indefiro o Requerimento do Deputado Domingos Carvalho. Mantenho a decisão, porque inclusive o projeto está na fase de votação e não pode ser retirado da Ordem do Dia.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Pode dar-me uma orientação, Senhor Presidente? Por exemplo, o projeto do Deputado Heinz foi retirado. Esse é um projeto novo de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi rejeitado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - O Projeto do Deputado Heinz foi rejeitado. Vossa Excelência está apresentando um novo projeto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu tinha apresentado o Projeto e, por uma decisão do Regimento Interno, todos os projetos que foram apresentados na legislatura

anterior foram arquivados, mas o arquivamento não significa que o Projeto tenha sido rejeitado, e pode ser renovado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Tudo bem. Agora se por exemplo o Projeto de Vossa Excelência for rejeitado e se eu quiser entrar com um projeto criando o Município de Carambei, eu não tenho esse direito?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem. Por 28 assinaturas.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela ordem, Senhor Presidente, a exemplo do Deputado Alborghetti, apenas para um esclarecimento a este Parlamentar e a este Plenário. Vossa Excelência fala acerca da reapresentação de um projeto com pedido de desarquivamento por 29 Senhores Deputados.

O questionamento que fazemos em questão de ordem diz respeito ao seguinte: em se tratando de um novo projeto, mesmo que de Resolução, visto que o nosso Regimento fala em Projetos de Lei e Emendas à Constituição e não fala em Projetos de Resolução, diz que poderá ser novamente apreciada na mesma Sessão Legislativa se for apresentado por 28 Senhores Deputados, que é a maioria absoluta desta Casa.

A indagação que fazemos é de, em se reapresentando o Projeto, mesmo que na forma de desarquivamento, e também o nosso Regimento não fala na questão de desarquivamento fala apenas na questão de arquivamento a que todos os projetos são submetidos ao final de uma legislatura. Nesse caso específico, Senhor Presidente, tendo em vista se tratar de um assunto que já foi abordado há dias passados e foi rejeitado, retornando esse Projeto à apreciação do Plenário como um assunto novo, já que foi rejeitado há poucos dias, o mesmo não teria que seguir os trâmites de passar pelas comissões e via este Plenário para ser apreciado numa primeira e posteriormente numa segunda votação em uma redação final, haja vista que o Projeto volta já em Plenário em 2ª discussão e votação. É um esclarecimento que gostaríamos que Vossa Excelência prestasse.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa a Vossa Excelência que rejeição e arquivamento não são as mesmas coisas: rejeição é morto; arquivamento ainda pode ressuscitar, e foi o que fizemos no caso do Projeto. E este Projeto foi aprovado em 1ª discussão em 30 de abril de 1990, e eu argumento mais: o Projeto en-

trou tramitando com aprovação de uma Sessão na Assembleia e não poderia ser arquivado; são os projetos que tivessem sofrido emendas ou pareceres e que deveriam ser aprovados. Mas isso é só como força de argumentação. O Projeto está em condições, foi aprovado em 1ª em Comissão Geral na época, como foram tantos outros casos, e nós argüimos que assinado por 29 Senhores Deputados o Projeto voltou novamente após a aprovação em 1ª na legislatura passada, Está mantida a decisão da Mesa.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu agradeço os esclarecimentos.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Eu quero lavar o meu protesto, mas parece que a coisa se encaminha como o "projeto de Lázaro" aparentemente, já que está condicionando os trabalhos da Casa. Eu acho que a Bancada governista deveria ter um pouquinho mais de responsabilidade com esse trabalho, estamos aí às vésperas de votação do Orçamento, de matérias importantes, e decididamente não queremos assistir a mesma cena que assistimos às vésperas do recesso parlamentar de julho.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Segundo o caboclo, diz-se que "butuca tira o boi do mato", não é? Não é o Projeto de Carambê, mas é a outra matéria mais importante.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, antes que a Sessão caia, eu quero felicitá-lo pela citação erudita.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação de preferência o Projeto 19/91. Os Senhores que aprovam a preferência permanecem como estão.

Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu requero verificação de votação.

O SR. DALTON MACHUCA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a chamada nominal.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, antes da realização da chamada nominal, solicito, quero esclarecer e justificar que o Deputado Rosinha encontra-se em audiência com o Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, tratando sobre a ação que arguiu a inconstitucionalidade de um dispositivo da Lei Orgânica de Maringá. A audiência estava anteriormente designada e

infelizmente a Sessão se alongou e o Deputado não pôde deixar de comparecer àquela compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está justificada.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - (Termina de proceder a chamada nominal). Vinte e três (23) Senhores Deputados responderam a chamada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há "quorum" para votação. Considero os Requerimentos que dependem de votação prejudicados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/91, de autoria dos Deputados ERNANI PUDELL e ROSINHA, cria o Fundo Estadual de Moradia Popular e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o nobre Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É apenas para lamentar que dois dias, duas sessões para decidir e nada se decidiu. Lamentavelmente é a confirmação do que disse ontem, até parece que estamos em um projeto nacional que é proibido produzir. É hora de trabalhar, é hora de decidir. Decidir a divisão do município não pode ser tão grave assim para inutilizarmos duas sessões. Decidir a questão dos "royalties" que beneficia a população do Paraná não deve e não pode ser tão grave assim para inutilizarmos duas sessões de trabalho. Ao contrário, convocar e demonstrar à população do Paraná que aqui se trabalha, estaríamos direcionando a população para um rumo melhor. Porque entendemos que as dificuldades do Brasil passam essencialmente pelo trabalho. E nós temos que dar exemplo de trabalho!

(Aplausos)

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Quero registrar aqui a minha manifestação de desagravo. Acho que o Deputado Neivo tem

que puxar a orelha da Bancada que sustenta o Governo da qual ele é integrante.

A Bancada da Oposição está presente.

Essa disputa de que vaidades pessoais de Deputados não podem atrapalhar o interesse público do Estado do Paraná.

Então, entendemos que, se a manifestação do Deputado for correta, ela deve ser endereçada aos integrantes da Bancada do Governo, que estão obstruindo os trabalhos desta Casa, principalmente, Senhor Presidente, temos na pauta de discussão a questão dos "royalties" que estamos todos "carracas" de saber que é uma questão fundamental, o Estado do Paraná não tem investimentos, nem capacidade de investimentos através de sua receita.

Estamos perdendo a oportunidade de ter esses recursos à disposição do interesse da sociedade paranaense.

Este é o nosso protesto e ele se dirige, isto sim, à Bancada de sustentação do Governo e acho que o Deputado Neivo deveria fazer "mea culpa" aqui.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Heinz Herwig com, a palavra.

O SR. HEINZ HERWIG - Senhor Presidente, pelo jeito Carambeí é muito importante. Será que é por causa de Carambeí que todos os Deputados se ausentaram, que os Deputados da Situação se ausentaram?

Carambeí não merece isso!

Carambeí será um Município próspero e tenho certeza que vai demonstrar a muitos outros municípios como se administra um município.

Tenho certeza de que uma hora dessas os Deputados da Situação vão ter que ficar aqui, que também tem uma série de Projetos de Leis da Situação que vão ter que se aprovar.

E tenho certeza de que na próxima semana vamos poder aprovar, finalmente, o que tanto Carambeí almeja.

Muito obrigado!

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO (Pela Ordem) -

Eu só quero fazer um apelo ao Deputado Neivo Beraldin que faça com que a sua Bancada, a Bancada do PST permaneça durante a Sessão que automaticamente aprovaremos todas as matérias necessárias.

O que está acontecendo é que todas as Bancadas atreladas ao Governo como é a do PST respondeu a chamada e abandonou o Plenário. Os outros Deputados de outras Bancadas estão aqui presentes cumprindo a sua obrigação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - A verdade tem que ser colocada na sua total integralidade. Estamos aqui, os que pertencem ao Bloco do Governo, em três

Parlamentares.

E todos sabemos que o Bloco Opositor desta Casa é composta de 25 Senhores Deputados, bastava apenas, e tão somente, que os vinte e cinco aqui estivessem, mais os três que deixamos para dar o "quorum", daria o total de vinte e oito e o assunto estaria deliberado.

Portanto, a pecha de que não votou por culpa do Governo não cabe a nós, porque oferecemos à oposição os três Parlamentares que faltavam para que o "quorum" se estabelecesse.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO (Pela Ordem) -

Senhor Deputado, eu não posso concordar, porque o nobre Deputado, Líder do Governo, numa Bancada numerosa, e a que recebe dos cofres públicos, fornece a esta Casa somente três Deputados e a oposição tem que vir aqui integralmente para fazer com que a Casa funcione.

O nobre Líder do Governo está equivocado, ele que faça com que a Bancada situacionista cumpra o seu dever, pelo menos comparecendo às Sessões Plenárias.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, o PTB também se alia aos demais líderes de oposição e não aceita a ironia do Líder do Governo nesta tarde. O PMDB já pecou em fechar o BADEP e agora insiste em fazer com que o Estado do Paraná não receba recursos Federais.

Portanto, a Bancada da Oposição nessa Casa está querendo cumprir o seu papel, mas infelizmente a Bancada do Governo tem impedido para que o Paraná realmente cresça e apareça no cenário Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de nº 2956, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nestas condições declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 26/91;

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 19/90;

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 77/91;

EM VOTAÇÃO

Projeto de Resolução nº 60/91.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº
186, 355, 373, 389, 422 e 483/91, e do

Levanta-se a sessão.